



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE
JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO**

----- No dia vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como primeiro secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e vinte e sete minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France Fernando Martins Machado (justificada) e do Senhor Deputado Municipal Manuel Fernando Sousa Loureiro (justificada) -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Constatando-se a existência de quórum pelo registo de presenças já efetuado estamos em condições de dar início a esta Assembleia Municipal de Viseu.-----

Informa-se que a Sessão Extraordinária convocada para hoje resulta da urgência em executar as deliberações tomadas pelo executivo municipal na sua reunião de 11 de janeiro de 2018, e carecem de deliberação da Assembleia Municipal pelo que nos foi solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara o agendamento extraordinário de uma sessão nos termos do nº1 do Art.º 28 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o nº1 do Art.º 30 do Regimento em vigor.-----

Recordo a informação já prestada na sessão ordinária realizada em dezembro, foi já constituída uma Comissão para a Revisão do Regimento desta Assembleia Municipal, cujos trabalhos estão em curso.-----

Assim, enquanto não for concluído todo o processo de revisão e de aprovação do Regimento do atual mandato em curso, aplicam-se as normas previstas no Regimento, Regimento esse que foi aprovado em 30 de junho de 2014, de acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

Recorda-se que tratando-se também de uma de uma sessão extraordinária não haverá Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Cumpra também informar que a Senhora Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal Bruno Videira de Albuquerque Fernandes.-----

O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro de Albuquerque do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal Manuel José Moleiro Mirandez;-----

A Senhora Deputada Municipal Rosa Filomena Brás Monteiro Lopes do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pela Senhora Deputada Municipal Sara Natacha de Sousa Calhau;-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abraveses, Rui Pedro Oliveira de Almeida, informou que se faz substituir nesta sessão pela Senhora Josefina Maria Mesquita dos Santos Cunha, a quem damos já as boas vindas por ser a primeira vez que se encontra nesta Assembleia Municipal;-----

O Senhor Deputado Municipal Carlos Martins dos Santos Portugal do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal Rui António da Cruz Martins;-----

Havia uma situação que eu penso que independentemente de não haver Período de Antes da Ordem do Dia, havia duas situações que eu queria colocar à Assembleia. Uma, e apelava à vossa compreensão, pois não havendo Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) não podia aqui deixar de felicitar um Membro desta Assembleia Municipal, em concreto o Dr. João Cotta, que foi recentemente eleito para a Presidência da Direção da Associação Empresarial da Região de Viseu, no fundo é um regresso também prometedor a essa associação e desejando, penso que em meu nome e penso que em nome de todos os maiores sucessos no exercício das suas novas funções, sabemos que assumiu com grande espírito de missão e também com aquilo que é o seu objetivo de contribuir, não só para o desenvolvimento do setor empresarial, mas também para a nossa região, por isso, as nossas felicitações, penso que em nome de todos por essas novas funções que vai assumir.-----

Outra situação que não poderíamos deixar aqui também de colocar, era um minuto de silêncio pelas vítimas de Tondela, que aconteceu na associação, foi uma tragédia, mais uma tragédia naquele concelho e por isso da nossa parte propúnhamos, se todos tivessem de acordo um minuto de silêncio.-----

Guardou-se um minuto de silêncio.-----

Assim, antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, recorro a todos a obrigação que temos do cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, que, no seu Artigo 15.º determina que:-----

“Quando os processos devem ser instruídos com deliberações de órgãos colegiais, deve ser remetida cópia da ata da reunião do órgão em que foi tomada, devendo o documento conter a clara identificação dos membros presentes, bem como a menção da data da reunião e o sentido da deliberação de cada participante e eventuais declarações de voto”.-----

Assim, alertamos todos os Senhores Deputados para a importância da sua permanência na sala durante os trabalhos e especialmente durante os períodos de votação.-----

Também propúnhamos que para efeitos de execução imediata, (até porque são orçamentos), que, as deliberações sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo nº 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo nº 4 do art.º 58º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. Coloca-se à apreciação esta proposta de aprovação em minuta. Alguém se quer manifestar? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra colocaríamos à votação:-----

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Por isso para efeitos de execução imediata todas as deliberações irão ser aprovadas em minuta. Também os documentos em apreciação foram colocados à disposição de todos os membros da Assembleia Municipal, pelo que estamos em condições de iniciar os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos. Por isso, em relação ao Ponto Um (1) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2018. Eu propunha, já tínhamos conversado sobre isto, mas eu propunha que se discutissem os três pontos em conjunto, o Ponto número Um (1) o número Dois (2) e o número três (3) e houvesse como é óbvio votações separadas. Se todos tiverem de acordo iríamos discutir o Ponto Um (1), Dois (2) e Três (3) em conjunto e votação em separado.----

Ninguém se opõe? Pressupomos que todos concordam com esta situação. Por isso, está em discussão o Ponto Um (1) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2018.-----

A APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1. Dava a palavra ao Senhor

Presidente da Câmara.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Bom dia a todas e a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Digníssima Mesa, cumprimentar as Senhoras e Senhores Deputados, as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, cumprimentar também os elementos do Público, cumprimentar todas e todos e esperar de facto que seja uma Assembleia Municipal profícua.-----

Permita-me Senhor Presidente que comece por, para além da saudação, agradecer a forma expedita como iremos tratar destes três pontos, porque só faria sentido fazê-lo assim, e mais à frente explicarei, mas permita-me também que antes de entrar na Ordem de Trabalhos, faça aqui duas referências: Uma em relação às vítimas de Tondela, Vila Nova da Rainha, de facto mais um acontecimento nefasto, que muito nos constrangeu e entristeceu e que de alguma maneira também nos alertou para às vezes a forma como um conjunto de instituições que no fundo todos os dias prestam um serviço fundamental às nossas populações, como às vezes pode, enfim da existência de instalações com questões menos adequadas surgir situações complicadas. Referir também que no próprio dia uns minutos depois numa conversa já com o meu colega de Tondela ter manifestado toda a minha solidariedade de imediato também acabámos por despoletar no fundo, a operacionalização do nosso Aeródromo e em boa hora fizemos o investimento que fizemos, em 14 minutos o Aeródromo estava disponível para poder receber, enfim, os helicópteros de grande dimensão que vieram a Viseu evacuar alguns dos feridos, e mostrando que esta infraestrutura já não é uma infraestrutura do concelho, é uma infraestrutura da região que cumpriu aqui uma função extremamente solidária. Tive também oportunidade no Conselho da Região de publicamente manifestar toda a minha solidariedade para com as famílias das vítimas e também para com o meu colega Presidente da Câmara de Tondela a quem aqui mais uma vez reitero, e felicitando o Senhor Presidente da Assembleia por o trazer logo enfim, neste Período que não é o de Antes da Ordem do dia, mas acho que a emergência desta situação justificaria exatamente este tipo de atitude. Já agora, dar nota às Senhoras e aos Senhores Deputados, porque acho que é importante que o saibam já que será público esta semana, que fui reeleito Presidente da Secção das Cidades Inteligentes, portanto, da Inteligência Urbana, por unanimidade na passada semana e hoje esta secção é a maior secção da Associação Nacional de Municípios, o que denota bem enfim, o trabalho que felizmente temos conseguido desenvolver neste último ano e meio, já com a minha direção e com o envolvimento dos municípios, e a importância que esta matéria hoje tem para a gestão das cidades do ponto de vista de, no fundo, conjugar aquilo que são as tecnologias associadas à boa gestão e também à eficiência da gestão nas autarquias, e portanto, dizer-vos que me sinto obviamente honrado por me confiarem esta missão para os próximos 4 anos, enfim, que no fundo acumularei com a minha qualidade de Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios.-----

Indo agora ao tema que nos traz aqui, gostava de dizer que nos últimos anos, será a primeira vez que temos a oportunidade de debater o Orçamento e as Grandes Opções do Plano com a incorporação do Saldo de Gerência, no fundo, permitindo aquilo que eu acho que do ponto de vista legal devia ser possível todos os anos, que era aprovar logo o Orçamento com a aprovação do Saldo de Gerência nem que esse Saldo de Gerência fosse uma projeção do que ele existirá, porque permite no fundo fazer uma avaliação global. É a primeira vez nos últimos anos que estamos em condições de poder fazer na mesma sessão uma avaliação global daquilo que é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, para a nossa Câmara Municipal, para os nossos Serviços Municipalizados, para a Habisolvis e para a Viseu Novo, e gostava de dizer que para além deste aspeto que é extremamente importante, realçar que este é claramente o orçamento que qualquer Presidente da Câmara de qualquer parte do mundo teria orgulho em apresentar, porque ele de facto, como verificaremos pela apresentação que irei fazer, consubstancia por um lado um crescimento, um crescimento muito substancial do valor global desse mesmo orçamento,

consubstancia por um lado a capacidade do investimento no domínio imaterial com o investimento no domínio das infraestruturas, algumas delas, ambições de décadas do nosso concelho, consubstancia também finalmente a possibilidade de utilização de fundos comunitários num valor significativo que permite no fundo almejar ser mais ambicioso, diria de facto que é o orçamento que qualquer Presidente de Câmara gostaria de o fazer.-- Por outro lado, referir que este orçamento não podia deixar de refletir o quê? Refletir o Programa Viseu Primeiro, exatamente o programa que foi sufragado pelos viseenses e foi sufragado por esta Assembleia Municipal e que foi sufragado pelo Executivo Municipal. Seria uma traição para os viseenses que as opções que estão consubstanciadas neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano fossem diferentes daquelas que apresentámos ao eleitorado, por isso ele reflete fielmente, exatamente isso.-----

De facto a formulação deste Orçamento consubstancia as 4 prioridades do “Viseu Primeiro 2017/2021”, através da realização de investimentos prioritários em áreas como: Educação, Solidariedade Social, Cultura, Desporto, Abastecimento de água e Saneamento (portanto, aposta em elevados padrões de qualidade de vida, no combate à pobreza e às desigualdades sociais);-----

Num segundo vetor, privilegia a Mobilidade e Ordenamento do Território através de investimento numa mobilidade sustentável/suave e eficiente para todos com ações estruturais no domínio da coesão territorial;-----

E, terceiro vetor Desenvolvimento Económico e Coesão Territorial que passa pela revitalização do Centro Histórico, incremento da atividade económica, e também investimento nas nossas freguesias.-----

Portanto, a proposta de Orçamento do Município de Viseu para o ano de 2018 apresenta um montante total de receita e de despesa de 72,1 milhões de euros.-----

No que respeita aos Serviços Municipalizados de Viseu, a previsão das receitas e das despesas para 2018, afigura-se nos 17,8 milhões de euros.-----

Face ao exposto, o Município de Viseu em conjunto com os SMAS de Viseu ostentam uma proposta base de orçamento que ascende a 89,9 milhões de euros, o que se traduz num acréscimo de 9,7% em relação ao ano anterior. Importa salientar que, em resultado da incorporação do saldo de gerência no valor de aproximadamente 29 milhões de euros, isto vem aqui também fazer jus e contrariar aquele que foi um dos grandes argumentos da nossa oposição, ou das nossas oposições em campanha eleitoral que diziam, aguardem pelo próximo orçamento para ver o estado em que estão as finanças da autarquia. A verdade é que depois de um ano eleitoral, depois de um ano de investimento apresentamos um Saldo de Gerência de 29 milhões de euros.-----

Este orçamento global atinge um total de 118,9 milhões de euros, o que se traduz no maior Orçamento dos últimos 8 anos.-----

Senhor Presidente, Caras e Caros Senhores Deputados, para além do reforço da receita e da despesa através da inclusão do saldo de gerência do ano anterior, o incremento do valor do global do orçamento para 2018 é também conseguido pela previsão de por um lado:-----

Crescimento das receitas de capital no orçamento do Município, sobretudo da rubrica das Transferências de Capital, onde a subida foi de 57,8% face a 2017;-----

Acréscimo no total das despesas correntes do Município, mais concretamente, na aquisição de bens e serviços;-----

Aumento de 17,3% do Orçamento do SMAS de Viseu, mais 2,6 milhões de euros do que no ano anterior, decorrentes do aumento substancial das transferências correntes e de capital no campo da receita e também do crescimento das despesas de capital no campo da despesa.-----

Passemos agora à análise do Equilíbrio Orçamental:-----

Em termos de poupança corrente, a receita corrente global da Câmara e dos SMAS, ao registar 61,8 milhões de euros é superior à despesa corrente em sensivelmente 3 milhões de euros, pelo que este saldo será aplicado na realização de investimentos. Continuamos a manter este princípio muito saudável de transferir, no fundo, receitas correntes para despesas de capital.-----

E, no seguimento do enunciado e conforme o disposto no artigo n.º 40 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o orçamento global do Município e SMAS de Viseu, após incorporação dos valores constantes na revisão, cumpre a regra de equilíbrio orçamental consagrada no artigo anteriormente citado. A previsão das receitas correntes globais é superior às despesas correntes globais acrescidas das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo em mais de 1,1 milhões de euros.-----

Analisando agora a Receita:-----

As receitas municipais acrescidas das receitas dos Serviços Municipalizados de Viseu alcançam um total de 118,9 milhões de euros em consequência da integração do saldo de gerência do ano anterior e ainda do incremento da receita de capital no orçamento de ambas as entidades.-----

A receita corrente global proposta apresenta um total de 61,8 milhões de euros. No lado do Município, este resultado decorre da variação positiva do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), das taxas, multas e outras penalidades e particularmente das transferências correntes que atingem os 17,9 milhões de euros. No que respeita aos SMAS, esta componente mantém-se em linha com os valores propostos para o ano de 2017, exibindo um reduzido acréscimo.-----

As receitas de capital ostentam um total de 28,1 milhões de euros, sendo que esta variação advém do incremento das transferências de capital no Município de Viseu e SMAS de Viseu, uma vez que se espera que a comparticipação comunitária em projetos cofinanciados seja reforçada para o decurso do ano de 2018. Deste total, 21 milhões de euros serão arrecadados pelo Município, sendo os restantes 7,1 milhões de euros recebidos pelos SMAS de Viseu.-----

Tal como já foi referenciado, a rubrica Outras Receitas será aumentada em aproximadamente 29 milhões de euros, devido à incorporação do saldo de gerência no orçamento da receita de ambas as entidades. Em termos globais, no caso do Município de Viseu, a despesa terá como contrapartida a utilização de 93% do saldo de gerência, ou seja, um montante na ordem dos 26,8 milhões de euros. Quanto aos Serviços Municipalizados, o total da receita é impulsionado pelo reforço da rubrica Outras Receitas com a inscrição de 100% do saldo de gerência do ano anterior no valor de 2,1 milhões de euros.-----

Passando agora à análise da Despesa:-----

A previsão da despesa corrente ascende aos 49,6 milhões de euros, sendo que, este valor cresce para os 58,8 milhões de euros após incorporação da revisão orçamental. O seu destino encontra-se especialmente na aquisição de bens e serviços e nas despesas com pessoal, salientando que o reforço das despesas correntes por parte dos SMAS de Viseu em 416 mil euros se destina a fazer face a encargos próprios de funcionamento da entidade, designadamente à entrada em funcionamento pleno da ETAR Viseu Sul.-----

O fortalecimento das despesas correntes do Município de Viseu em 8,8 milhões de euros direciona-se para a aquisição de bens e serviços e também para a rubrica das transferências correntes.-----

Assim, a integração de cerca de 29 milhões de euros no orçamento da receita global terá como contrapartida, no lado da despesa, um incremento dos gastos correntes globais no valor de 9,2 milhões de euros e um aumento de investimentos no montante de 19,8 milhões de euros.-----

No campo das despesas de capital, o valor estimado para 2018 é de 40,3 milhões de euros. Contudo, o reforço decorrente da revisão em 19,8 milhões de euros exprimir-se-á num montante global de despesas de capital de 60,1 milhões de euros, os quais se dirigem sobretudo para a aquisição de bens de capital e para a realização de transferências de capital. A justa tradução financeira deste valor será espelhada, essencialmente, pelas Grandes Opções do Plano de ambas as entidades, através da aposta em setores estratégicos e da realização de investimentos estruturantes.-----

No que concerne ao Município de Viseu, as despesas de capital que assumem um total de 32,6 milhões de euros serão reforçadas em 18,1 milhões de euros, enquanto que, no caso dos SMAS de Viseu, o montante proposto de 7,8 milhões de euros será reforçado em 1,7 milhões de euros.-----

Passando agora à análise das Grandes Opções do Plano que é como sabem um instrumento importante nas contas.-----

À semelhança dos anos anteriores, obviamente que as GOP do Município de Viseu e dos SMAS de Viseu são espelho das diversas prioridades económicas, sociais, culturais, territoriais e ambientais que o Executivo Municipal adotou para o ano de 2018.-----

Em termos gerais, e olhando para as GOP, no conjunto de ambas as entidades, atinge um valor de 68,6 milhões de euros. Todavia, com a inclusão do saldo de gerência no orçamento de 2018, este valor cresce para os 97,1 milhões de euros.-----

Sendo este um orçamento que preconiza as opções estratégicas do mandato, o valor global das GOP encontra maior expressão nas funções sociais, que alcançam um total de cerca de 55 milhões de euros, seguidas das funções económicas que se espera que consumirão aproximadamente 24 milhões de euros.-----

Dando continuidade ao desígnio de “As Pessoas Primeiro”, nas funções sociais o valor global destina-se especialmente a rubricas como a educação, a cultura e o desporto, a solidariedade social, o ordenamento do território, o abastecimento de água e ainda o saneamento.-----

Sendo o território um dos grandes domínios de aposta do atual Executivo, o investimento no programa Viseu Local (leia-se freguesias), por parte do Município, alcança os 10,4 milhões de euros (para quem achava que no pós eleitoral iríamos diminuir o valor de investimento nas freguesias tem aqui a resposta), fruto de um reforço na ordem dos 6,4 milhões de euros para o fomento da coesão local e a valorização das freguesias rurais.-----

Viseu procura ser um território que a aposta na educação e na instrução das diferentes camadas da nossa população, pelo que a aposta na educação gravita em torno dos 9 milhões de euros, a fim de promover o sucesso educativo e a modernização da educação local, sendo que este ano também é emblemático deste investimento as obras que estão em curso quer na Viriato quer Grão Vasco-----

Também a aposta em transformar a cidade-região num polo cultural e desportivo dá origem a um investimento de 8,4 milhões de euros nestas duas rubricas, o que resulta num peso de 8,7% no total das GOP globais, desafio qualquer município do país a ter uma percentagem superior aquela que nós temos nos domínios da educação e nos domínios do desporto.-----

E, é ainda de referir o investimento de 4,1 milhões de euros no programa Viseu Social. O reforço do valor dotado decorre da atenção do Município em criar uma comunidade justa, solidária e inclusiva, através do combate à pobreza e às desigualdades sociais.-----

Cientes também da importância da água (e sobretudo no ano seguinte aos problemas complexos que tivemos no último ano) e das consequências a que a sua falta dá origem, o Município aplicará mais de 3 milhões de euros na rede de abastecimento de água. Este valor alia-se aos 4,8 milhões de euros que serão investidos pelos SMAS de Viseu neste campo, com vista à extensão das redes e ao reforço da capacidade e resiliência do sistema, e esperando que efetivamente o Estado Central cumpra aqui a sua obrigação de abrir, enfim, no âmbito do POSEUR linhas que permitirão cofinanciar uma parte deste investimento, assim o esperamos.-----

Também no sentido de afirmar Viseu como a “melhor cidade para viver”, a aposta nas funções económicas encontra-se espelhada num total de aproximadamente 24 milhões de euros, o que se traduz num peso de 24,7% no valor global das GOP. Este resultado deriva da aposta do Município de Viseu no desenvolvimento da economia e também na mobilidade.-----

Relativamente a esta última, a aposta de 12,4 milhões de euros direciona-se para o fortalecimento de uma mobilidade urbana sustentável e para a execução de uma rede viária moderna e prática.-----

O investimento de 9,4 milhões de euros no desenvolvimento económico e energia destina-se à criação de condições atrativas para novas empresas e novos investimentos, uma vez que a aposta no crescimento económico e na criação de emprego é para consolidar. Nesta rubrica destacam-se ainda os investimentos na revitalização e recuperação do Centro Histórico e na conservação do nosso Património Municipal.-----

Por fim, com um peso de 15%, encontram-se as funções gerais para as quais se dirigem cerca de 14,7 milhões de euros. Estas despesas destinam-se especialmente a encargos próprios de funcionamento das instalações do Município de Viseu e do SMAS de Viseu.----

Para concluir, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são parte integrante do orçamento municipal, o orçamento de órgãos ou serviços do Município com autonomia financeira e ainda os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifica o controlo pelo Município de Viseu. Assim, com base no mencionado, para além do orçamento e GOP dos SMAS de Viseu que já foi objeto de análise, é importante destacar os documentos previsionais apresentados pela Viseu Novo SRU e pela Habisolvis.-----

No que respeita à Viseu Novo SRU, é de destacar as estratégias e ações no âmbito da requalificação urbana e a elaboração de projetos de reabilitação ou reconversão do edificado, e sobretudo aqui a execução prática de um conjunto de opções que fazem parte do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.-----

E, de acordo com os documentos previsionais apresentados, a SRU pressupõe obter um resultado líquido superior a 6 mil euros no final de 2018.-----

No que concerne à Habisolvis, as suas funções passam pela gestão do parque habitacional assim como a recuperação e reparação dos fogos de habitação social. Dos documentos previsionais apresentados, a estratégia que está consubstanciada nas GOP, é também um ano em que esperamos que o POSEUR aprove um projeto de grande dimensão que nós apresentámos que visa a melhoria da eficiência energética e da qualidade de praticamente todo o nosso parque habitacional a par do início das obras no Bairro da Cadeia o que efetivamente nos permitem ter aqui o início de um período de grande investimento no domínio da habitação social e com isto tudo, e com a lógica que temos tido na Habisolvis de aplicação de todo o seu resultado na melhoria do parque habitacional social sobretudo, mas apesar de tudo apresentaremos um resultado líquido superior a 1.500 euros.-----

Portanto no seguimento da apresentação que com muito gosto faço a esta Assembleia, propõe-se que a Assembleia Municipal, no uso das competências previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a proposta de Orçamento apresentada que inclui as Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara e dos SMAS. Propõe-se ainda que a Assembleia Municipal conceda autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano para 2018.-----

Propõe-se finalmente que a Assembleia Municipal, no uso das suas competências, aprove as propostas de revisão do orçamento da Câmara Municipal de Viseu e dos SMAS Águas de Viseu, e esperamos que efetivamente Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados que enfim, que esta apresentação que procurei que fosse minuciosa como aliás o faço sempre, porque este é de facto um dos instrumentos mais importantes. O Orçamento a par das Contas, são dois instrumentos de gestão extremamente importantes. O Orçamento porque ele consubstancia enfim, tudo aquilo que é a estratégia e no fundo a alocação dos recursos que temos disponíveis para essa mesma estratégia, e desse ponto de vista, olhar para o Orçamento e olhar para as Grande Opções do Plano do Município de Viseu e dos SMAS dão uma leitura muito fina, uma leitura muito transparente daquilo que são efetivamente as nossas opções, isto é, ao que vimos, aquilo que nos propomos fazer ao longo deste ano e ao longo do mandato, porque estes são exatamente um Orçamento

que espelha aquilo que é a estratégia para os 4 anos, basta olhar para as GOP e ver qual é o reflexo do investimento nos próximos 3 anos para além deste para o qual estamos a aprovar estes documentos para se ver com transparência exatamente aquilo que é a nossa predisposição e aquela que é a nossa estratégia para os próximos anos, e portanto, esta é a estratégia que efetivamente os viseenses sufragaram e fieis aquilo que são os compromissos eleitorais, sempre fomos, continuaremos a fazer espelhar exatamente neste orçamento de ambição, neste orçamento exatamente muito ambicioso, um orçamento virado para o futuro, virado para o investimento económico, virado para a captação de investimento e para a criação de riqueza, um orçamento muito virado para a vertente social, para a importância da educação, para a importância da cultura, para a importância do desporto, para as funções sociais da autarquia que muitas vezes se substitui digamos, ao Estado Central, é um orçamento que efetivamente espelha bem todas essas prioridades para além de muitas outras. Como dizia, e volto ao princípio, qualquer Presidente da Câmara de qualquer parte do mundo se orgulharia de apresentar um orçamento como este, em que no fundo se otimizam as receitas que temos disponíveis e por outro lado se maximiza o investimento através do aproveitamento deste instrumento que são os fundos de coesão, designadamente os fundos que vêm do Portugal 2020, em que é mérito da autarquia, porque outras autarquias até de maior dimensão, chegam a esta altura do campeonato e não têm ainda um valor tão elevado de propostas aprovadas, para além das propostas aprovadas, temos no *pipeline* um conjunto de propostas em fase de aprovação, o que significa que temos feito bem o nosso trabalho de casa e temos procurado maximizar, aproveitar, da melhor maneira possível aquilo que são estes fundos disponíveis que têm exatamente este objetivo, têm exatamente o objetivo de promover a coesão territorial, têm o objetivo de promover o desenvolvimento de territórios como o nosso, e portanto, também aqui deixar uma última nota, também não nos calaremos quando verificarmos que o Estado Central procura desviar destes territórios aquilo que são investimentos prioritários, daquilo que são verbas previstas no Portugal 2020 para estes territórios, e denunciaremos sempre e em todas as circunstâncias alguns atropelos que efetivamente estão a procurar ser feitos em sede de reprogramação deste Portugal 2020. Não conhecemos ainda o texto da reprogramação, mas já começamos a conhecer aquilo que são documentos assinados e compromissos assumidos para o futuro, e estamos preocupados, não sabemos de onde é que virá o dinheiro para se assumirem compromissos como o do Metro do Porto, o Metro de Lisboa e a melhoria da Linha de Cascais, sabemos sim que há uma alocação de mais de 600 milhões de euros à Linha da Beira Alta, sabemos disso, mas não sabemos como é que ela vai ser concretizada, aliás, não saí nada descansado da reunião que tivemos no Conselho da Região quando o Senhor Ministro das Infraestruturas assegurou que efetivamente era uma obra para fazer neste quadro comunitário de apoio, e eu confrontei-o dizendo: Como é que é possível fazer uma obra destas a 5 anos do fim do quadro comunitário de apoio sem os estudos estarem todos concluídos sem ainda não terem sido lançados os instrumentos para os concursos públicos internacionais e adjudicação e execução. Estou muito preocupado, estou muito preocupado porque independentemente de não ser o traçado que nós precisávamos para Viseu, não deixa de ser um investimento importante para a região, e já que o Governo fez a opção de fazer a melhoria da Linha da Beira Alta que a faça, não se esquecendo de fazer o ramal de Viseu que é também fundamental, portanto, é bom também que efetivamente haja aqui no âmbito das várias forças políticas um forte consenso e sobretudo uma forte pressão, porque isto tem muito a ver com este orçamento que vos apresento, tem muito a ver com isto, porque isto é aquilo que depende de nós, mas há o que não depende de nós, há o que depende do Estado Central e a conjugação deste orçamento, se tivéssemos da parte do Estado Central um honrar dos compromissos que estão assumidos por escrito seguramente que podemos conhecer uma década de grande desenvolvimento da parte da nossa cidade, do nosso concelho e do nosso território, é isso que consubstancia este orçamento de ambição, e é isso também que esperamos da parte do Estado Central. Muito

obrigado pela vossa atenção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Está aberta a discussão. Quem quer usar da palavra. Deputado Rafael Amaro, Deputado José Alberto, Deputado Raúl Junqueiro. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Excelentíssimo Público presente.-----
Senhor Presidente,-----

O facto de, pela primeira vez, nos últimos anos, que me recorde, discutirmos o orçamento em janeiro, com a novidade de já trazer acoplado uma primeira revisão com um expressivo valor de quase 27 milhões de euros, a que se junta um outro facto também relevante de estarmos perante uma proposta de orçamento do município e dos serviços municipalizados com um montante global mais elevado dos últimos 8 anos (no valor de 89,9 milhões de euros), tudo isto criou em todos nós grandes expectativas. Analisados os documentos em detalhe, seria injusto dizer que todas as expectativas se goraram. Confirmaram-se algumas expectativas positivas (a saúde financeira do município), mas também negativas, nomeadamente as prioridades estratégicas erradas e/ou insuficientes indicadas no orçamento municipal e GOP.-----

Vejamos primeiro aquilo que consideramos mais positivo. Desde logo, o facto de estarmos perante um documento rigoroso, fiel ao cumprimento escrupuloso dos níveis de endividamento exigidos por lei, apresentando indicadores que comprovam a boa saúde financeira do município, com um rácio entre receitas totais e receitas próprias aceitável, e com um excedente previsto de 11,5 milhões de euros para 2018.-----

Contudo, um orçamento, como sabemos, é muito mais que um bom exercício contabilístico entre receitas e despesas previstas, é também o principal instrumento de política e de gestão estratégica dos recursos financeiros ao seu dispor com vista ao desenvolvimento do município. E é precisamente nesta definição daquilo que é prioritário e estratégico que nós discordamos. Consideramos mesmo que se trata de mais uma oportunidade perdida, sobretudo quando não encontramos neste orçamento medidas que objetivamente respondam a uma questão tão simples e fundamental no tempo presente: Como colocar o município de Viseu nos próximos anos num patamar de competitividade alta (na captação de investimento, no emprego, na cultura, na educação, na coesão social e territorial, no rendimento per capita dos nossos munícipes), a nível nacional e mesmo no contexto dos municípios capital de distrito da região centro.-----

Diz-se a dado passo no Relatório que acompanha o orçamento que estamos perante um documento com uma política fiscal justa e atrativa, tanto para as famílias como para as empresas. Ora, o orçamento para 2018 que aqui discutimos não apresenta qualquer novidade a este respeito. Em matéria de impostos, tanto para as empresas como para as famílias, não há qualquer mudança para 2018. Aquilo que verificamos é que as receitas municipais aumentaram 5,3 milhões de euros e que a receita corrente (precisamente aquela que inclui os impostos) cresceu 3%, em linha aliás com o aconteceu desde 2016, em que em dois anos a receita corrente cresceu cerca de 7 milhões de euros. Portanto, neste ponto do relatório, em que se deviam dar exemplos de políticas fiscais ativas e inovadoras que ajudassem as famílias, o empreendedorismo, as empresas criadoras de emprego sustentável, nada mudou relativamente a 2015, 2016, 2017. Uma novidade apenas a este respeito e que registámos: em 2018 e cito, «será renovado o regulamento Viseu Investe com o objetivo de captar o investimento e o desenvolvimento da economia local» fim de citação. Devemos entender por esta renovação o quê? Aguardemos então pela discussão do novo regulamento.-----

O executivo decidiu não alterar nada no que respeita à devolução do IRS às famílias. Está no seu direito, mas a decisão é assumidamente política e não financeira. A saúde financeira do município acomodava bem uma mudança mais favorável aos munícipes,

como outros concelhos pelo país fora fizeram, com o argumento que isso induzia o consumo local.-----

Manteve-se, contudo em sede de IMI a bonificação às famílias numerosas. A proposta que fazíamos era quem, se a intenção é estimular a natalidade, não vemos nenhuma razão para que esse estímulo não comece logo no primeiro filho, como, aliás, acontece já em dezenas municípios, em vez da atual política de 2 ou mais dependentes. Fica a sugestão.-----

Afirma-se no relatório que acompanha o orçamento (cito) que «Relativamente ao Desenvolvimento Económico e energia, o investimento previsto ultrapassa os 6,5 milhões de euros, traduzindo-se num peso financeiro de 12% no total das GOP. Mais uma vez se anuncia que a forte aposta deste investimento será para a reabilitação do Centro Histórico».-----

Nada a opor, mas para quando um igual empenhamento político e financeiro da parte do executivo para desenhar um programa global de desenvolvimento das freguesias rurais, garantindo-lhes qualidade de vida e condições económicas e sociais sustentáveis capazes de inverter a sua progressiva desertificação. Não vale a pena rasgarmos as vestes quando vemos o poder central a não olhar para o problema da interioridade (e o que é verdade é que não é com este governo, é com todos os governos), nomeadamente quando não discrimina nas políticas, nos incentivos, nos impostos, quando depois em casa, no nosso território não utilizamos os vários instrumentos que dispomos para intervir. A cidade jardim de que todos gostamos, só será económica e socialmente sustentável no quadro de um município que inverta a tendência atualmente visível, que, em dois terços do território municipal vivam menos de 1/3 das pessoas, concentrando-se os outros 2/3 na cidade. É bom que todos tenhamos consciência desta realidade.-----

Compreendemos e aceitamos que o executivo que Vossa Excelência lidera procure alinhar a sua estratégia para o município com o Portugal 2020, pensando mesmo até para além disso no Portugal 2030. Mas será um erro estratégico e politicamente imperdoável, como já aqui referi no anterior mandato, que o grosso dos recursos financeiros e saldos orçamentais sejam canalizados tendo em conta as prioridades dos programas dos fundos comunitários. A maioria destes programas, como todos sabemos, e o Senhor Presidente também sabe, não foram desenhados para combater a coesão territorial e social dos municípios, mantendo perfis de modernização que muitas vezes não só não combatem as assimetrias, como por vezes as estimulam a nível municipal.-----

Daí que a nossa questão de fundo permaneça. Continuamos a não ver plasmado neste orçamento (ainda que possamos dizer que as freguesias possam vir a ter um crescimento do financiamento relativamente a 2017) um programa de desenvolvimento inovador e mobilizador, com capacidade para inverter a desertificação crescente das freguesias mais periféricas.-----

Em síntese diríamos (e esperamos sinceramente estar enganados) que este orçamento, dando continuidade a uma estratégia que vem do passado, parece-nos incapaz de estancar dois problemas estruturais do nosso município:-----

1. A necessidade de colocar o concelho na rota do bom investimento nacional e internacional (nos diferentes setores económicos, na cultura, nas novas tecnologias), contribuindo para uma economia local mais diversificada e geradora de emprego.-----

2. Mostra-se incapaz, (esta é a nossa opinião) de inverter a falta de coesão social e territorial no concelho, desenhando um programa inovador de desenvolvimento local interfreguesias, que avalie as potencialidades económicas locais, desenvolvendo-os, mas também os constrangimentos sentidos no acesso às novas tecnologias, aos transportes, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado José Alberto.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor

Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores representantes da Comunicação Social, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras, meus Senhores.-----

O assunto que nos traz aqui hoje é o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Viseu e dos SMAS para 2018.-----

Os Orçamentos Câmara Municipal de Viseu e do SMAS, que hoje aqui vamos apreciar e votar traduzem a materialização ou a expressão monetária do Plano de Atividades e das Grandes Opções do Plano destas instituições, que consolidados traduzem, globalmente, o orçamento da Câmara Municipal de Viseu, num total de cerca de 119 milhões de euros – 98,9 milhões da Câmara Municipal e 18 milhões para o SMAS, valores jamais apresentados nos 8 últimos anos.-----

De facto, os projetos consubstanciados nos planos atrás referidos, resultam dos compromissos estratégicos na candidatura Municipal para o período 2017-2021 – VISEU PRIMEIRO, que os viseenses sufragaram no passado mês de outubro de 2017, e cujos resultados foram amplamente favoráveis ao PSD, quer no que respeita à administração da Câmara quer na composição desta Assembleia Municipal. Ainda neste contexto, convém realçar as GOP's (grandes opções do plano) para os próximos 4 anos onde se preveem investimentos, no valor de mais ou menos 220 milhões de euros, repartidos em cerca de 74% para fins sociais e 24% para fins económicos, portanto, não vemos aqui onde é que não estão plasmadas aquilo que são as questões de natureza social e de combate às desigualdades.-----

Os documentos em análise, quer o Orçamento, quer as GOP's, são documentos orientadores, consequentemente, previsionais orientadores de todas as atividades de gestão e consubstanciadores das estratégias definidas. Assim, muito mais do que a apreciação que ora fazemos, interessa verificar, posteriormente, o nível de execução o que acontecerá daqui por mais ou menos um ano, quando apreciarmos as contas de 2018. Nessa altura falaremos dos desvios e avaliaremos o nível de execução orçamental, apesar de não pretendemos que os mesmos não aconteçam, já que, um plano e um orçamento, como acima já referi, são documentos previsionais que nunca deverão ser um “colete-de-forças”, mas antes um documento orientador e adaptável em função da sua envolvente, mais próxima ou mais remota.-----

Para além do que já dissemos os documentos em apreciação, terão de obedecer a todo um conjunto de regras e de normativos legais em vigor, nomeadamente, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, de enorme importância para a contenção orçamental, a transparência, a coerência e o rigor contabilístico e deste ponto de vista, os pressupostos legais estão salvaguardados.-----

Se analisarmos as receitas brutas num total de 61,8 milhões de euros, e o valor das despesas correntes num valor de 49,6 milhões de euros, resulta daqui, como poderemos verificar um excedente de quase 12,2 milhões de euros. Aliado a esta capacidade de transferir receitas correntes para investimento, se adicionarmos a incorporação do saldo de gerência do ano de 2017, cujo montante é de cerca 29 milhões de euros, toda esta saúde financeira de que a nossa autarquia goza, vão permitir uma aposta clara em investir em sectores estratégicos e estruturantes que terão, necessariamente, e sobretudo, que terão a ver com a sustentabilidade, a inclusão social e a coesão territorial.-----

Assim, sectores como a educação – com mais de 9 milhões de euros, a solidariedade social através do Viseu social com mais de 4 milhões de euros, a cultura e o desporto, meio ambiente e o ordenamento do território, cujos resultados se verificam no combate à redução das desigualdades, da pobreza, serão fatores determinantes e importantes para a qualidade de vida dos cidadãos.-----

Há que realçar algumas apostas claras, plasmadas nos documentos apresentados. Assim:-- Uma aposta na rentabilização do investimento, através da execução de proximidade, pelas freguesias (Viseu Local). O valor mais que duplica, ultrapassando os 10 milhões de euros;--

Economia e mobilidade potenciando o desenvolvimento e/ou crescimento económico e a sustentabilidade e mesmo o ambiente via eficiência energética, sendo investidos mais de 12 milhões de euros. A mobilidade urbana sustentável, o melhoramento das acessibilidades e a criação de postos de trabalho (sobretudo postos de trabalho qualificados), através da fixação e criação de novas empresas;-----

No que diz respeito ao SMAS incorpora um crescimento assinalável no investimento (o maior dos últimos três anos), cerca de 10 milhões de euros, reforçando a capacidade de armazenagem (novos depósitos e aumento da capacidade da barragem de Povolide e Fagilde para dar uma palavra de conforto ao Senhor Presidente da Junta), extensão das redes de água e saneamento.-----

No que à política fiscal do Município diz respeito, quer ao IMI, ao IRS, ao IMT e à Derrama estão de acordo com aquilo que foi vertido no Programa Viseu Primeiro, que como já dissemos foram sufragados por todos os viseenses, e aqui perdoe-me o meu digníssimo amigo e colega da bancada do PS que, enfim, a redução do IRS não traz por si justiça social, porque serão as famílias de maior rendimento aquelas que irão ser beneficiadas diretamente. Do meu ponto de vista, acho que a recolha dessa receita se depois for equitativamente distribuída por aqueles que são mais necessitados tem uma função social muito maior. No que diz respeito ao IMI, também não me parece aqui que o facto de no primeiro filho haver redução do IMI, isso se traduza em mais filhos imediatamente a seguir, mas, enfim, é um ponto de vista. Se assim for, eu também solicito aqui ao Senhor Presidente da Câmara que reduza já o IMI porque de facto a verificarem-se as estatísticas que vimos na televisão, e que este ano foi de 24 mil o saldo negativo entre mortos e nados portanto, é muito complicado, mas, parece-me que deste ponto de vista a diminuição do IRS tem uma função social.-----

Senhor Presidente, e demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

Um Plano de Atividades e um Orçamento são, como já referimos, documentos previsionais alicerçados num conjunto vasto de opções estratégicas que se baseiam no conhecimento do passado e do presente, compreendendo a envolvente e a forma como se pretende projetar o futuro. Assim há uma forte aposta num conjunto de programas que se encontram plasmados nos documentos que nos foram distribuídos e com as afetações financeiras que aí estão vertidas, nomeadamente o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).-----

Estes deverão ser documentos orientadores para a realização das metas que nos propomos alcançar, terão que ter a dinâmica e a capacidade de adequação à realidade. Todo este processo resulta do seu acompanhamento sistemático, a que vulgarmente chamamos o controlo de gestão ou processo de auditoria constante. Assim, deve ser dada a prioridade à deteção sistemática dos desvios inerentes à sua execução, aqueles que carecem de justificação no interior da organização, quer àqueles cuja responsabilidade não pode ser assacada a esta, ou seja à envolvente externa. Por isso, esta atenção terá que ser analisada, permanentemente e de forma sistemática.-----

No passado e no passado recente os níveis de execução têm tido níveis muito razoáveis.----- Este facto, revela que controlo orçamental é uma preocupação fundamental, o que é sinónimo de rigor em termos de gestão, o que dá garantias de confiança e, sobretudo, dá garantias aos viseenses.-----

Senhor Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social e Excelentíssimo Público:-----

Quero pois, pela importância que os documentos que hoje estão em discussão, têm para a Autarquia, aliados ao rigor e clareza dos mesmos, queremos deixar expressa a nossa vontade, de votar favoravelmente as propostas de orçamento em apreço.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Catarina Vieira.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E**

CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social presente, Funcionária e Funcionários em exercício.-----

A formulação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano está direcionada na concretização da estratégia de desenvolvimento local “Viseu Primeiro 2017/2021” que mereceu da parte do Bloco de Esquerda vários reparos que, não merecendo atenção da parte do executivo, culminaram no nosso voto contra. É que, infelizmente, e apesar de o executivo declarar no documento que foi “...um programa pensado em conjunto com os cidadãos”, as propostas da oposição não são, pelos vistos, feitas também por cidadãos e cidadãos deste concelho que pretendem, com elas, contribuir para melhorar a qualidade de vida de todas e todos os munícipes, pois de todas elas apenas constam a requalificação e recuperação de habitações no Bairro Municipal (luta desde a primeira hora que o Bloco de Esquerda teve assento nesta Casa) e a reinterpretção da Mata do Fontelo.-----

Não obstante, o Bloco de Esquerda aqui está, uma vez mais, para ajudar a construir um concelho mais inclusivo, ativo, sustentável, equilibrado e, também, pedir esclarecimentos sobre alguns pontos deste documento.-----

Finalmente, nesta legislatura, o executivo declara que elege “as pessoas” como primeira prioridade da sua ação em detrimento do “desenvolvimento económico”, apontado como primeira prioridade na anterior legislatura e que, para mal do concelho, não foi uma aposta ganha.-----

Agora, e passo a citar “a aposta nas principais linhas de intervenção será condicionada pela execução do programa “Portugal 2020”, e o orçamento somente avançará na justa medida das suas reais disponibilidades futuras de financiamento dos apoios comunitários”, dependência essa que, obviamente, nos preocupa (e não, senhor presidente, o facto de pretender utilizar fundos comunitários que estão disponíveis), pois o empréstimo de dez milhões de euros está aí para pagar durante os próximos 20 anos.-----

Quanto às receitas, o Bloco de Esquerda mantém a sua posição contra a derrama, pois deveria haver isenção para as empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150.000 euros, bem como a taxa municipal de direitos de passagem, uma vez que deveriam ser as empresas a pagar e não a população.-----

No Viseu Educa estão, e bem, contempladas várias infraestruturas educativas, no entanto, nada consta sobre a Escola Básica de Vildemoinhos, na freguesia de Repeses e São Salvador, (onde se arrasta uma “situação provisória” há dez anos em relação ao espaço onde aquelas crianças almoçam e onde, se as mais de 150 crianças que frequentam a escola lá quiserem comer como é de seu direito, não haverá resposta para elas; assim como em relação às casas de banho, espaços interiores e espaço exterior. Gostaria também de questionar os milhares de euros entregues e a entregar (que perfazem 1.337.654 euros) a Associações de Pais/ Instituições, pois se as Associações de Pais têm de pagar (do bolso dos pais e das mães) material, fotocópias, obras, etc., restam as instituições que são, exatamente, quais? E em relação às refeições escolares, está previsto o aumento de quase 600 mil euros para 2018 (num total de 1.525.000 euros) e outro aumento de 375 mil euros para 2019. A empresa aumentou assim tanto os preços? Não é para pagar a qualidade do serviço, pois para uma empresa que deixava a comida para as crianças no passeio e ia embora (até uma mãe ver e fazer queixa), entre outras situações já aqui discutidas, o serviço é mau.-----

Na rubrica do ambiente, ou do turismo, ou da juventude, recreio e lazer, continua a não estar previsto o parque de campismo nem o Centro de Interpretação da Cava de Viriato na cultura. Ou nada relativo aos direitos dos animais como a criação do CROA ou a esterilização gratuita de todos os animais pertencentes a famílias carenciadas ou adotados no município.-----

Da mesma forma, continua a não estar prevista a construção de parques infantis adaptados.-----

E por falar nisso, onde está a rampa prometida pelo senhor presidente na anterior legislatura, no bairro social de Paradinha, para 1 portadora de mobilidade reduzida? Se bem que o ideal seria, obviamente, passarem quem anda de cadeira de rodas para uma habitação no rés do chão. Falando de bairros sociais, é já sem espanto que na “habitação social municipal”, os bairros de Paradinha e Balsa, tão carentes de obras de fundo, não sejam, mais uma vez, contemplados. Para que serve aos munícipes um Orçamento de 10 milhões se há funções básicas da autarquia que estão por cumprir, a começar pelo imperativo constitucional de prover a habitação social? Há um défice em Viseu de habitação social (a propósito, Sr. Presidente, gostaria que nos informasse quantas pessoas estão inscritas na Habisolvis, à espera de habitação social...), há um contínuo desleixo e desresponsabilização pela manutenção dos espaços exteriores dos bairros municipais, tanto no de Paradinha, que continua sem luz, como no Bairro Municipal (vulgo, Bairro da Cadeia) ou no Bairro da Balsa. Mas também não há em Viseu casas para arrendar. Pelo menos é o que dizem várias imobiliárias que podemos contactar, que só dispõem de ofertas para vender.-----

O que já espanta é a redução de 586 mil euros para 68.359 previstos para a atividade sénior. Em 2018 estão apenas previstos 15.000 quando, no orçamento do ano passado, estavam 125 mil euros.-----

Outra alteração espantosa é a do Mercado Municipal 2 de Maio, pois estavam previstos para este ano 1.750.000 mas, afinal, a previsão passou para o próximo ano.-----

Finalmente, gostaria de saber por que razão se pagam mais de 700 mil euros, por ano, na concessão dos STUV?-----

Ou seja, o orçamento da Câmara apresentado é de 89,9 milhões de euros. Se acrescentarmos o orçamento dos SMAS, no valor de 17,8 milhões de euros, teremos um orçamento global aproximado de 118 milhões de euros.-----

Este orçamento ao que parece, prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, nomeadamente despesas relativas à propaganda eleitoralista planeada nas Grandes Opções do Plano (GOP).-----

Contudo, gostaríamos de perceber se não haverá empolamento das receitas orçamentais, criando uma vez mais falsas expectativas orçamentais, nomeadamente sobre os seguintes pontos:-----

1. Em 2017 orçamentaram cerca de 67 milhões de euros e a taxa de execução ficou além das expectativas.-----

Qual foi a verba recebida de fundos comunitários, sendo que no orçamento de 2017 o executivo orçamentou cerca de 6 milhões de euros?-----

2. Ao analisarmos o orçamento anual de tesouraria da participada Habisolvis, por exemplo, (que cresce cerca de 4%, tendo em conta 2017) registamos o aumento das receitas em todos os itens e um aumento do subsídio da agência de desenvolvimento e coesão (Feder 2020) no valor de 778.977 euros.-----

Ou seja, estão previstos em tesouraria 783.000, mil do FEDER para realizar obra...-----

3. Pedimos, também, esclarecimentos sobre a previsão de receita Habisolvis - “Financiamento Município de Viseu (eficiência energética)” no valor de 138.177 euros-----

Já obtiveram o acordo do atual Governo relativamente ao concurso para a eficiência energética na administração local?-----

Se sim, O valor orçamentado corresponderá com as reais necessidades da cidade e aldeias? Deixe-me lembrar-lhe, Sr. Presidente, que prometeu reverter a iluminação pública em LED e ao fim de 4 anos o que é que temos? Meia dúzia de avenidas.-----

Como preveem reduzir a fatura energética do município e que investimentos estão planeados na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis para autoconsumo?-----

Para além disso, continuando com a análise à Empresa Municipal Habisolvis:-----

Do lado do compromisso de despesa, questionamos o aumento (2017/2018) da seguinte

despesa planeada:-----
Pagamentos diversos (de 7.741 euros para 943.000 euros).-----

4. Mais uma vez irá a autarquia acabar o seu mandato com um grau de execução do orçamento da receita aquém das expectativas?-----

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), mais uma vez, se faz a mesma pergunta.-----

Portanto, o Bloco de Esquerda vota contra porque achamos que a sobreavaliação das receitas serve para assegurar a realização de um determinado programa de despesas que não serve as e os viseenses-----

Aproveitamos para lembrar que, e são dados estatísticos:-----

- Cada viseense, num universo de 99 mil habitantes, suporta uma dívida na ordem dos 223 euros;-----

- A dinâmica económica do município continua muito baixa (constituição de novas empresas): 0,31 entidades por 1.000 habitantes;-----

- A abstenção para a eleição do Presidente ficou nos 45%.-----

Também em relação à incorporação do saldo de gerência de 2017 no valor de 27 milhões de euros, voltamos a questionar: Estas previsões são perspetivas de caixa ou são receitas efetivamente recebidas pelos Serviços camarários?-----

Em relação aos SMAS, o senhor presidente prometeu atingir os 99% de cobertura da rede de água e 98% da cobertura do saneamento, mas por que é que na Freguesia de Barreiros e Cepões, mais exatamente em Bertelhe, o SMAS está a abrir valas para um ramal que alimenta 24 contadores de água e não metem a rede de saneamento? Não se trata de meia dúzia de pessoas, é cerca de um quarto da aldeia, da parte velha de Bertelhe. Bem sei que o Sr. Presidente quando anunciou o programa Viseu 100% disse que em algumas aldeias teriam de continuar a usar as fossas sépticas, assumindo o SMAS a limpeza a troco do pagamento da taxa de saneamento como qualquer utente da rede, mas pergunto, como é que são retiradas as lamas, sabendo-se que estas carecem de tratamento prévio em ETAR no local antes de serem transportadas em camiões cisternas para a nova ETAR? Ou será que continuarão a depositá-las na Ribeira do Seixal, que vai parar ao rio Vouga, como acontece hoje com as águas residuais das aldeias de Barreiros, Cepões e Figadal, Padrosas, Pereiro, (as 3 últimas pertencentes ao concelho do Sátão, no limite da nossa freguesia)?-----

Nesta freguesia a rede de água e saneamento anda abaixo dos 60%, segundo o eleito do Bloco de Esquerda com assento no executivo da Junta de Freguesia. Situação análoga aconteceu em São Pedro de France, em agosto último, quando 37 moradores da povoação de Casal Deiro entregaram na Câmara Municipal um abaixo-assinado a manifestar a indignação por estarem a abrir valas para a rede de água, não contemplando a rede de saneamento. Esta situação é uma vergonha para o nosso concelho! Disse.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu Diamantino Santos.-----

----- CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia aceite os meus cumprimentos, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e os Senhores Vereadores, Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, Caros Colegas Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público, Funcionários desta Casa, um bom dia e votos de uma boa semana. Na análise que aqui tem sido feita ao Orçamento, realmente um documento de intenção política mas que se concretiza naturalmente no nosso território, no nosso município, na nossa cidade, e eu gostava aqui de referenciar três situações que têm a ver com obra física e que são importantes para a qualidade de vida das pessoas. Afirmo em concreto ao investimento que está feito em educação, sabemos que o nosso município tem responsabilidades no que tem a ver com as escolas dos jardins de infância e do 1º ciclo, mas concretizou, ou está a concretizar de uma forma efetiva uma responsabilidade que não é do município mas que o Senhor Presidente e muito bem

decidiu tomar em mãos e que tem a ver com reabilitação das Escolas Viriato e Grão Vasco, e se mais razões houvesse para justificar esta boa intervenção, mais uma vez devolvo para a auscultação das comunidades educativas e para perceberem de facto da razão e da oportunidade deste investimento. Eu gostaria também daqui deixar uma palavra ao projeto da Mobilidade Urbana de Viseu. É um projeto estruturante e que todos nós temos responsabilidades na sua credibilização, e se assim não for corremos o risco de se esbanjar muito do dinheiro, muito do investimento que está a ser feito neste projeto, bem pensado, com a intervenção de especialistas e que eu julgo que é de facto uma revolução da forma de nos mobilizarmos no nosso território e em particular na malha urbana. Este projeto, extremamente válido em nossa opinião, sê-lo-á ainda mais eficaz se todos nos quisermos envolver e nos comprometer com esta revolução de mentalidades da forma de abordar a nossa mobilidade. Por fim, gostava também de deixar aqui uma palavra muito especial ao PEDU, é um projeto extremamente ambicioso e não vou aqui escarpelizar todas as obras que já foram enumeradas pelo Senhor Presidente, mas aquilo que eu vou dizer é que de facto o PEDU vai dar uma imagem nova ao nosso território, mais uma vez com especial enfoque na malha urbana, mas, são de uma relevância importantíssima para realmente trazermos mais qualidade de vida aos nossos cidadãos e fazermos de facto desta nossa comunidade uma comunidade mais feliz. Quanto mais não fosse, por estas e outras razões Senhor Presidente reforço aquilo que os meus colegas de bancada aqui já disseram, a nossa orientação de voto naturalmente vai ser uma votação favorável a este documento estratégico para o desenvolvimento deste nosso concelho e para os próximos 4 anos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tema a palavra o Deputado Raúl Junqueiro.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO RAÚL ANDRADE LOPES BORDALO JUNQUEIRO (PS):** Bom dia a todos. Gostaria de começar por cumprimentar a Mesa pela pessoa do Dr. Mota Faria, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Caros Colegas.-----

Os trabalhos de hoje exigem uma visão global do Orçamento e das GOP para o Concelho de Viseu, que conjuntamente com outras variáveis como as PPIs, direcionam o objetivo da estratégia do Município, em áreas de investimento.-----

Neste contexto, e tendo analisado a documentação enviada, reparo com objetividade que o orçamento é um orçamento que traduz uma evolução positiva entre a receita e a despesa, onde também verifico que há um conjunto de transferências do estado que aumentam e que tudo isto culmina, em grosso modo, num *superavit* em termos de Orçamento.-----

Ora. Existe, portanto, capacidade financeira para investir no concelho, mantendo fórmulas que existem para o crescimento e outras que deveriam ser incluídas ou perspectivadas para outra sustentabilidade económica, financeira e social, de médio e longo prazo.-----

É precisamente neste ponto que levanto algumas observações em relação à dinâmica do território, tendo em conta o orçamento e as GOP que impactam nesta minha análise nos incentivos fiscais para as famílias e para as empresas e também para a dimensão do território que deve ser criativo, sustentável e de inovação empresarial, que, na minha opinião, concretiza uma vontade de fazer diferente e de ir mais além.-----

Neste contexto, não encontro na componente dos incentivos fiscais para as famílias e para as empresas um volume de incentivo, que acrescente de facto na diferenciação para o crescimento. Neste ponto gostaria de saber com mais detalhe, que incentivos são esses e o respetivo impacto.-----

O Portugal 2020 está aí para ser aproveitado, para que também, novas fontes de receita sejam determinadas e concretizadas nos próximos anos. Aqui, tendo em conta a dimensão do território, e da forma como este deve ser dinamizado para criação de novas receitas; que deverão vir também de novas empresas, novos negócios, novos serviços, pequenos ou grandes, é algo que, na minha opinião fica por esclarecer, pela dimensão e pela estratégia,

denotando a falta de um objetivo de incorporar no território do concelho de Viseu, uma visão que deve ser o território como base para experimentação, na noção do Viseu supraterritorial, e também para a implementação de um *cluster*, porque é exatamente isso a definição de *cluster* que do ponto de vista económico dine a impressão digital deste mesmo concelho e deste mesmo território, tudo isto para além da já conhecida qualidade de vida.-----

Aqui dou apenas três exemplos, de três cidades, que não Lisboa e Porto, que se têm destacado pela dinamização dos seus territórios, com sucesso, sendo claro nos seus orçamentos o caminho para a diferenciação e para o crescimento.-----

Braga. Nos últimos 10 anos deu um salto quantitativo na criação de riqueza com a captação de novos investimentos industriais e na inovação, bem como, um plano de captação de empresas semente, vulgarmente conhecidas como *startups*. Transformou-se num concelho amigo do investimento, fixou a sua população jovem e qualificada e trouxe com isso, mais empregos, mais sustentabilidade, mais inovação e riqueza e que juntando à qualidade de vida, se traduziu rapidamente no concelho mais jovem do país, afirmando-se hoje como a 3ª cidade do país.-----

Évora. Capital da região centro-sul. Évora tem-se preparado, com sucesso, para ser um território de demonstração de soluções para cidades/territórios inteligentes. Falo não só da atração do *cluster* da aeronáutica e da energia, ambos com sucesso, como também submeteu recentemente ao fundo de apoio ambiental, uma proposta para financiamento de um laboratório vivo para a descarbonização, que trouxe na sua ambição um conjunto de empresas privadas e de diferentes dimensões, que em conjunto com a autarquia e a comunidade intermunicipal, se encontram em ambiente de experimentação, para potenciar a criação de novas soluções, a cidade como um serviço. Pretende, desta forma, elevar o território para a experimentação e assim torná-lo mais atrativo, eficiente e inovador para as empresas e para os seus habitantes.-----

Águeda. Cidade de baixa densidade populacional. Ocupa o 2º lugar no Ranking Nacional do “Smart City Index 2016”, resultado das políticas municipais nos últimos anos, no sentido de tornar Águeda uma cidade humana, inclusiva, social, tecnológica e economicamente mais ativa. Mais do que uma *Smart City*, pretendeu-se também que Águeda seja uma cidade de pessoas, com projetos com empresas em diferentes áreas tais como energia e a sustentabilidade, transformaram efetivamente esse território num território dinâmico, amigo do investimento e com melhor qualidade de vida para os seus habitantes.-----

Tendo em conta também estudos tornados públicos, como por exemplo o da *Bloom Consulting 2017*, que cria um ranking nacional das cidades, em termos de atratividade da sua marca, em dimensões como, Negócio, Visitar, Viver, constata-se que os resultados finais deste ranking não só medem a perceção sobre um município, mas também classificam o desempenho da sua marca de uma forma tangível e realista, colocando Viseu no 18 lugar, atrás de municípios como Aveiro, Coimbra, Albufeira, Guimarães, Leiria, entre outros.-----

Tudo isto são exemplos reais, de cidades que transformaram os seus orçamentos e as suas GOPs, em projetos para a dinâmica dos seus territórios e qualidade de vida dos seus habitantes.-----

Seria uma boa oportunidade a criação de um fundo para o território, que promovesse o investimento em empresas, que fosse uma prioridade/opportunidade de investimento a criar para o concelho e território de Viseu?-----

Termino referindo que um *superavit* é sempre bom, boas contas são sempre algo de positivo e que haver mais investimento em áreas como educação, a saúde e inclusão social são sempre de assinalar, no entanto, para um crescimento verdadeiramente diferenciador, um crescimento para uma década e que puxe a cidade, o concelho, o seu território e os seus habitantes para outros níveis de satisfação e outra atratividade do território, irá requerer outra dinâmica nas prioridades de investimento, nas GOP, as mesmas que

apontam caminhos e definem objetivos. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Paula Santana.-----

----- **SETE – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Senhoras Presidentes de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social.-----

Discutimos aqui hoje o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, e constato que este orçamento é um orçamento de modernidade, um orçamento de crescimento, um orçamento de ambição como dizia o Senhor Presidente de Câmara, mas sobretudo um orçamento de responsabilidade e responsabilização. Verifico que em relação a 2017 há aqui um incremento de quase 8 milhões de euros isto na Câmara, há uma tendência verificadora da descida dos níveis de endividamento, que demonstram rigor, demonstram a captação de investimentos, e investimentos em âncoras que determinarão claramente o crescimento da nossa região honrando o programa que oportunamente nos apresentou, e em todo ele, congratulo-me particularmente com este incremento orçamental sobretudo na área social, e isto demonstra claramente que relativamente ao Programa Viseu Social, um programa que constitui uma ferramenta diferenciadora é um exemplo nacional a seguir, e que contrariamente às muitas tendências que às vezes não consigo compreender, é um orçamento que responde a carências sociais de significado, como seja uma resposta às famílias mais carenciadas, disseminando assim as desigualdades sociais que a nossa sociedade nos impõe, e com um objetivo claro de alcançar a equidade social, o acesso à habitação, à saúde e ao bem-estar, muitas das vezes em dinâmicas de intervenção que não seriam da nossa alçada, mas que o município responde cabalmente fazendo toda a diferença. Destaco a continuidade de políticas de apoio à natalidade, políticas de incremento a uma discriminação positiva no âmbito das famílias numerosas, uma resposta muito, muito positiva na área da habitação social, vejam-se os resultados e a intervenção e objeto social da Habisolvis, políticas de recuperação da habitação, políticas de discriminação fiscal positivas, muitos, muitos parabéns. Há aqui um claro impulso à solidariedade social, muitas das vezes e repito em resposta à alternativa aquilo que seriam responsabilidades centrais, e por falar nisso, também realço com particular destaque e felicidade o apoio na Educação, com um aumento significativo no nosso orçamento, e um apoio que não é só a nível do investimento infraestrutural, mas também de atividade, e veja-se aquilo que tem sido e será o Viseu Educa, traduzindo claramente uma aposta inteligente do município para que toda a nossa comunidade discente alcance inclusão, alcance qualidade, com sucesso educativo e uma pluralidade de oportunidades que não existe na grande maioria dos municípios do nosso país, e este serviço não é mau, como ainda há pouco eu aqui ouvi, Viseu é de primeira na Educação também, é um exemplo único, e o Viseu Educa é claramente a tradução dessa realidade.-----

Depois também, não posso deixar de constatar e realçar um investimento brutal em termos orçamentais naquilo que é a reabilitação urbana e rural, na mobilidade e no desenvolvimento económico, claramente demonstrativo da vontade e efetiva concretização de políticas de investimento e de atração do empreendedorismo.-----

Ao nível da reabilitação urbana e rural, parabéns ao Executivo Municipal por ter encontrado aqui um crescimento orçamental capaz de priorizar a coesão social e territorial, com, ao contrário também do que eu já aqui ouvi, não consigo perceber as intervenções que se ouvem, alegando que esta coesão territorial e social só se concentra nas freguesias urbanas ou periurbanas. Não, há uma clara vontade de reconhecimento da identidade e da diferenciação de cada uma das nossas freguesias, com uma coesão aplicável a todas elas e veja-se as GOP.-----

Ao nível do ambiente também foi dada aqui uma forte aposta orçamental, e por último realço, que se houve tempos em que este município era criticado por apenas se preocupar

com políticas de investimento em betão, além da educação que já realcei e das questões sociais, não posso deixar realçar aquilo que tem sido e será ainda mais no ano de 2018, o apoio à cultura, ao desporto ao lazer, à juventude e à preservação do nosso património, felicitando a manutenção do Programa Viseu Cultura e da Atividade Sénior. Portanto, teremos mais oferta, mais qualidade, mais diversidade, com apoio à efetiva criação e participação de todos nós. É um trabalho de visão, de estratégia, de transparência e de elevado rigor, e portanto, votarei favoravelmente. É um Orçamento e umas GOP amigos das famílias e amigos dos viseenses. Continuamos claramente no bom caminho.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Hélder Amaral.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER AMARAL (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados independentemente de serem Senhores Presidentes de Junta e Senhoras Presidentes de Junta. Eu queria começar com uma consideração que por motivos de coerência, gostava, o Senhor Presidente disse e bem, quer as Grandes Opções do Plano quer o Orçamento são de facto a razão de ser de uma Assembleia da República e de uma Assembleia Municipal, ou seja, naquela velha máxima, não há impostos sem representação, e portanto, estes momentos deveriam ser momentos de profunda reflexão e de condições técnicas para se conseguir apreciar em pormenor um orçamento. Não fazemos assim, a culpa não é de Vossa Excelência, é da incapacidade que nós tivemos, e eu próprio de rever e refazer o papel das Assembleias Municipais, e portanto, temos que discutir estes instrumentos com muito menos tempo que uma Ordem Antes do Dia não é, e temos que o discutir como eu faço sempre, com o princípio da confiança, porque não tenho motivos para desconfiar da boa vontade, do amor à cidade e da vontade de cumprir o programa, e portanto, resta-nos apreciar, de um lado da bancada loas, elogios, adjetivos de brutal, sensacional e do outro lado adjetivos menos efusivos, e portanto, no fim tudo continuará como dantes. Mas, o Senhor Presidente diz e bem, isto é uma estratégia para 4 anos se olharmos para as GOPs, e é verdade, e se olharmos para o orçamento ele indica um caminho, aliás, o Senhor Presidente e bem, sem que fosse legalmente obrigado a isso, fez aprovar aqui o Programa do Viseu Primeiro e portanto, eles não são muito contraditórios, nem na questão das GOPs, nem naquilo que é aqui e ali a previsão do orçamento e a estratégia do orçamento para o cumprimento desse mesmo programa, e portanto, eu fico satisfeito por a minha cidade ter um orçamento que cresce, 98,9 milhões somados mais 19 aos SMAS que é um orçamento também ele ambicioso o que dá... como se leu nos jornais, a primeira tentativa foi dizer nós temos um orçamento muito grande, sem eventualmente fazermos todos uma análise para que é que serve de facto um orçamento muito grande, mas ainda bem que ele aumenta, e depois, se este orçamento representa ou não uma boa saúde financeira da autarquia, e de facto ele representa uma boa saúde financeira da autarquia, aliás, ela é visível ao longo do exercício de Vossa Excelência, bem como os *superávits*, e por isso, o que eu aqui estranho e não será surpresa porque já o disse na última Assembleia Municipal, aliás, eu hoje quero ver se sou muito mais contido do que na última, que era, eu continuo sem perceber um pouco, como aquele iogurte que faz bem por dentro e isso nota-se por fora, e se este orçamento, este *superavit* e esta boa saúde financeira para o município porque é que não se nota por fora. Já aqui foi dito, na vida das famílias e das empresas. Meu Caro José Alberto, eu não concordo, embora eu perceba a visão ideológica de quem acha que se o município arrecadar toda a receita, o município faz melhor do que qualquer empresa e qualquer família na equidade social, é uma visão, não é minha. Também para quem fez uma luta tremenda para que o IMI familiar fosse diferente, e montado em moldes diferentes, era quanto maior for a família maior é o benefício, a geringonça optou por um modelo diferente que é o modelo filho a filho, e pôs na Lei que o IMI Familiar começa no primeiro filho, eu tenho dúvidas que a política fiscal seja o único instrumento ao incentivo à natalidade, mas é seguramente o primeiro instrumento para apoio das famílias e para dar melhor condições, para

respeitar a autonomia das famílias, para respeitar as capacidades das famílias para a sua opção de compra, e portanto, nós propusemos, tal como diz a Lei, eu votei contra, mas já que ele a existe que se aplique, que é, o IMI Familiar começa no primeiro filho e não no segundo filho, mas nós percebemos, o número de famílias com um filho é muito maior e portanto, chama-se isto... hoje eu quero ser simpático, e portanto, saiu-me malabarismo e eu não o queria chamar, é injusto, outra coisa é uma gestão inteligente do imposto, o mesmo com a Derrama, a grande marca do Presidente da Câmara atual, com legitimidade para o fazer era, apoio ao investimento, aliás dizia até uma frase, “a partir de agora é que vai ser”, o que era uma crítica que todos nós fazíamos ao anterior executivo que nunca olhou para o investimento como uma prioridade e portanto nós, “então agora é que é”, mas quando olhamos para o principal instrumento para direcionar investimento, para captar investimento, para premiar investimento, que é a Derrama, ora, o que nós vemos é que esse instrumento não é utilizado, mas também a devolução do IRS, lá está mais uma vez, uma coisa que faz bem por dentro e podia-se notar por fora, que é dizer às famílias, vão ter uma devolução maior, e portanto, como não conseguimos e bem, nós fazemos a discussão, são as nossas ideias, a câmara entende ter outras, e eu no tal princípio da confiança acho que a câmara faz bem, agora, nós podemos é dizer, a história não começa hoje, e portanto, tendo em conta essas linhas gerais de uma câmara que arrecada o máximo possível, aliás, aqui com muita coerência do anterior Presidente de Câmara, o anterior Presidente de Câmara vinha aqui e dizia:” Taxa Máxima para Serviço Máximo” e nunca escondeu, aliás, lembro-me de um Presidente de Junta que era empresário, que reclamava alguns impostos reduzidos e disse-lhe, depois não venha cá pedir obras que não há, e o homem nunca mais se atreveu a questionar qualquer revisão de impostos, e portanto, é um princípio, cobrar o máximo para servir o máximo, aliás, na linha ideológica aqui expressa pelo José Alberto, depois a Câmara fará na sua superior sapiência uma distribuição equitativa, equilibrada da receita que recolhe. Agora, concordando que isto tudo é normal, eu digo assim: Bom, (e não podendo nós fazer uma discussão como eu desejaria do orçamento) digo assim: Bom, vamos então ver aquilo... nós estamos perante uma linha coerente, longa, do exercício de um partido, portanto, eu aqui não faço separações entre o anterior executivo e este, mas este mesmo executivo já apresentou orçamentos com uma estratégia para 4 anos, com grandes Opções do Plano, com previsão orçamental, e nós não querendo adivinhar o que é que vai acontecer com este orçamento, podemos olhar para o que é que já aconteceu com o orçamento anterior, e daí, nós tínhamos desde logo, já aqui foi dito: Mercado 2 de Maio? Não é para agora, para o ano é que é! Radial de Santiago, Parque da Aguieira, Hostel no Centro Histórico, nova Sede da Polícia Municipal, Pistas de Ciclovía, Central de Camionagem ou nova mobilidade. Sempre que votávamos na Câmara aumentos para gestão e manutenção do “*funiculaire*” alguém dizia que o “*funiculaire*” teria uma estratégia, o funicular para aqueles que não perceberam porque é que eu o estou a dizer, uma estratégia de mobilidade para a cidade. Mas qual estratégia de mobilidade para a cidade? Nos últimos 4 anos eu ainda não a vi, bem sei que fui confrontado com uma votação que fiz em sede de reunião de câmara para uma nova Central de Camionagem, eu fico à espera que ela seja uma realidade porque eu acho que, e vou repetir, uma cidade que se diz a melhor cidade para morar, uma cidade que faz anos oficiais de visita e depois tem na sua sala de visita de chegada a qualidade que nós apresentamos na nossa Central de Camionagem devia envergonhar qualquer viseense, mas, também posso ficar expectante com primeiras páginas de jornais que trazem já o *layout* da nova central de camionagem junto ao hospital, Jornal do Centro, tem outras capas do Jornal Diário Viseu primeiro mas aqui no Jornal do Centro... e eu fico expectável, finalmente este orçamento agora prevê a concretização desta grande obra, necessária, é evidente que o jornal pode ter inventado *layouts*, pode ter ido à *net*, isto é fácil de fazer, mas não vi nenhum desmentido, a autarquia não disse, cuidado que isso é uma notícia falsa, ou acionou até o jornal, portanto, isso para dizer o quê? Para dizer que nós temos que confiar no orçamento e nas

grandes opções, temos a obrigação porque teve expressiva votação da parte dos viseenses de confiar na escolha dos viseenses e no programa do Viseu Primeiro e perguntar exatamente se este orçamento permite a concretização de obras, eu que sou muito amigo do Senhor Presidente de Câmara e tenho por si grande consideração, fiquei satisfeito porque acho que tem direito a isso, a ter a sua primeira rotunda, o diabo é que ela nunca mais aparece, eu tenho expectativas e curiosidades... e isso significa o quê? Significa que entre promessas, entre as grandes opções do plano, entre um orçamento que cresce em receita e despesa, e não vou ao pormenor, porque houve aqui quem já o fizesse, de um conjunto de obras, de um conjunto de realizações, essas sim, mudam para melhor a vida dos viseenses e isso é que conta, e portanto, eu mesmo querendo abster-me neste orçamento pelo tal princípio da confiança, tenho que ser forçado a votar contra, primeiro pela razão de que não é um orçamento da lavra do CDS, e porque tem de facto opções muito diferentes, e eu diria: Bom, eu concordo com o princípio da prioridade ao investimento? Claro que sim. Tem o Senhor Presidente da Câmara todas as condições e *know how*, e era essa a expectativa dos viseenses dar aqui um impulso porque só o investimento gera riqueza, só o investimento gera emprego, só o emprego gera a tal cidade dinâmica que pode eventualmente rivalizar com aquelas cidades que aqui foram faladas? Mas, a verdade é que, quando eu olho para o investimento o orçamento do Viseu Investe comparado com o orçamento La Féria é muito inferior, portanto, nós voltamos a ter um orçamento de festa e festinhas, mas é uma opção, é uma opção, são 2,4 milhões contra investimento direto, veja-se o que é que lá está, os números não enganam Senhor Presidente. Dirá, é uma opção. Aceito. Viseu 3º Pólo Cultural do país? É uma ambição que eu registo. Não direi nada contra só espero é que se concretize. Não me vai ouvir aqui dizer que nós queremos ser os primeiros, segundos ou terceiros a dizer mal, discordo é da prioridade, aí discordo. Eu acho que Viseu precisa de uma vez por todas apostar naquilo que é a sua coesão territorial e na sua economia local, foi bem dito aqui. Por alguma razão o Dr. Fernando Ruas ganha uma eleição dizendo, levar o Rossio às aldeias, por alguma razão. Eu à data pensei que era uma frase feita sem sentido. O eleitorado disse: Não, é uma necessidade, foi uma constatação de uma necessidade. Passados estes anos todos a única coisa que nós conseguimos como aqui já foi explicado pela estatística, nós trouxemos as aldeias para o Rossio, e portanto, quando nós estávamos à espera... e eu gostaria de ver um reforço significativo das verbas para a coesão territorial para as nossas freguesias e não vou dizer que elas estão mal tratadas porque temos felizmente Presidentes de Junta que fazem o melhor que podem e sabem, a verdade é que a grande novidade é que vão ter um olheiro, vão passar a ter um olheiro. Orçamento, estratégia, que mude, vejo um orçamento, 10 milhões, mas comparem e vejam se está aqui um sinal de aposta naquilo que é algo que já se nota a olho nu, eu não vou falar em Barreiros/Cepões ou em S. Pedro de France na falta de saneamento, é só circular pelas nossas aldeias para perceber o problema demográfico, o problema social, isto tudo apesar do esforço, e apesar de haver e aqui devo ser justo, da parte da autarquia um passo positivo daquilo que é uma estratégia de alguma manutenção de qualidade de vida nas aldeias e o que eu digo é que devíamos ter ido mais longe, porque neste orçamento, façam opções, o que é que para nós é prioritário? Economia local? Ok, podemos fazer umas festinhas do vinho de vez em quando e umas festas das aldeias e disfarçamos, mas, ainda assim é pouco. Tudo o que foi feito é bem feito, tudo o que foi feito neste campo até peca por escasso, mas temos que ir mais longe, e este orçamento devia privilegiar uma aposta clara, porque o concelho é todo ele, não é apenas o centro da cidade, e portanto, diria que é um orçamento de facto artístico, mas enfim, é uma opção, é coerente, continua, aquilo que eram obras que já vinham do passado, promessa do passado, e portanto, Senhor Presidente, eu espero, porque de facto nós temos um risco evidente e o Senhor Presidente analisou-o bem, e porventura ter-me-á ao seu lado nesse combate, eu não o crítico por ter feito, e dir-me-á, bom, algumas das obras não estão concretizadas porque eu apostei no 2020. Não o vou criticar. Se o instrumento existe e se Viseu tem capacidade financeira como disse e bem, comparativamente com outras

autarquias, já não é de agora, tem utilizado bem este instrumento, há um risco que o senhor identificou na parte final, que é a reprogramação do 2020 que pode pôr em causa muitas das suas perspetivas de concretização, e portanto, eu espero, e ter-me á ao seu lado nesse combate de, de repente haver uma inversão da estratégia, eu estou confiante porque essa inversão da estratégia desde logo precisará do acordo do Partido Social Democrata em termos de reprogramação do 2020 ou 2030, e portanto, estou certo que o PSD saberá proteger os seus interesses e não permitir que algumas das reprogramações ponham em causa aquilo que é a nossa expectativa quanto ao quadro comunitário, mas é um risco, é um risco que está na execução, e aí não terá culpa disso e cá estaremos para batalhar. Diz-me: Bom, tenho já um conjunto de projetos aprovados. Sim? Tudo bem. Eu espero que esses projetos aprovados sejam exatamente os mesmos que já estavam aprovados no primeiro orçamento e no segundo orçamento e então tem que se perguntar, porque é que demoram alguns deles a verem a luz do dia? Não lhe vou falar sequer na Unidade de Saúde Familiar na Rua das Bocas, presumo que seja um projeto aprovado e que não consta lá nada, ou o Estaleiro/Escola, o Estaleiro/Escola também não se consta, ou aquilo que eu acho que devia ser uma prioridade do município, eu não sou muito adepto de criar parques industriais e semeá-los pelo município, prefiro ter um parque industrial bom, com capacidade de captar investimento, com capacidade de ter infraestruturas, e capacidade de o promovermos, como se faz noutros sítios no sentido de dizer ao mundo e ao país quais são as grandes condições que Viseu tem para captar investimento e fazê-lo, embora eu ache que um município sozinho tem muita dificuldade em por si só ser ele próprio gerador de captação de investimento, tem que ser uma estratégia nacional na qual o município tem que estar envolvido, sendo certo que nós vamos vendo em municípios vizinhos um ou outro sucesso, que tem mais a ver, e aqui vou ser justo, não tanto com a dinâmica desse município mas porventura com a escolha da economia e dos empresários, e portanto, Senhor Presidente, não o podendo fazer, acho que valia a pena, faz-se um pouco melhor nas reuniões do executivo, também a documentação é diferente e o tempo é diferente, é muito mais complicado fazê-lo numa Assembleia Municipal, mas ainda assim há matéria suficiente para todos nós percebermos para onde é que estamos a caminhar, e eu não estando totalmente em desacordo com o caminho, é um caminho que eu não faria, faria de forma diferente e daí o voto não será favorável. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Muito Senhor Presidente. Cumprimento daqui a Mesa, o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras, meus Senhores. Falou-se muito de orçamento e não se falou ainda de reorganização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Viseu que está hoje em apreciação, e como estamos a discutir os três pontos e faremos votação separada.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Esse é o quarto.-----

- *O Senhor Deputado António Carlos Gomes Tomás da Costa retoma a sua intervenção dizendo:* Peço desculpa. Farei a intervenção depois. Pensei também que...-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não, eram, só os três primeiros. Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado o Senhor Presidente de Junta de Povolide José Fernandes.-----

----- **DEZ – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE POVOLIDE JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA FERNANDES (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Secretária e o Senhor Secretário, Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público.-----
Fala-se por aí que o orçamento e as grandes opções do plano para 2018 são documentos de

continuidade e sem novidade.-----

Quanto à continuidade, Senhor Presidente, fico contente que sejam de continuidade, pois significa que poderemos continuar o bom trabalho desenvolvido e que neste novo mandato possamos pôr em prática o projeto que foi sufragado e mereceu a total confiança da maioria dos viseenses.-----

Quanto à falta de novidade, são de lamentar tais afirmações, pois as prioridades e os princípios que sustentam, quer o orçamento quer as grandes opções do plano, vão ao encontro das necessidades dos viseenses, senão veja-se:-----

1. O orçamento de 2018 assinala um crescimento assinalável com um valor global de aproximadamente 119 milhões de euros - 98,9 milhões da Câmara Municipal e 19,9 milhões dos SMAS/ Águas de Viseu.-----

2. Este orçamento é o maior dos últimos oito anos. E com um crescimento de mais de 3% face às Grandes Opções de Plano do ano transato.-----

3. Este orçamento vai permitir a continuidade das políticas ao longo do mandato, de concretização do ciclo de investimentos já iniciado, mantendo um ritmo de crescimento.----

4. Este orçamento municipal reforça a aposta na coesão local e na descentralização através da valorização das freguesias rurais, mantendo este marco da governação do Município. Reforça-se o investimento nas freguesias, que veem o orçamento para o programa Viseu Local ultrapassar os 10 milhões de euros.-----

5. É um orçamento que valoriza o papel dos Presidentes de Juntas e que adequa a política de desenvolvimento e a escolha dos investimentos às necessidades locais.-----

6. Continua o caminho de reforço da delegação das competências nas juntas de freguesia, permitindo respostas mais próximas às populações.-----

7. Também nas medidas para combater fenómenos de seca como os que recentemente nos afetaram, o orçamento de 2018, nomeadamente o dos SMAS Águas de Viseu é ambicioso. O Município adianta-se e lança as bases de realização de investimentos estruturantes que caberá também ao Estado e aos fundos comunitários apoiar para tornar possível. Só na Freguesia de Povolide encontramos os investimentos de Alteração das Ensecadeiras da Barragem de Fagilde, Vila Corça, com preço base de 112 mil euros, o aumento da Capacidade de Armazenamento de Verão da Albufeira de Fagilde e reforço estrutural da barragem, 3 milhões e 475 mil euros; o Sistema de Tratamento de Lamas da ETA de Povolide, 1 milhão e 700 mil euros ou a ampliação da Cisterna da Estação Elevatória da ETA de Povolide, 3 milhões e 400 mil euros.-----

Senhor Presidente peço desculpa mas recuso-me a identificar a ETA como ETA de Fagilde, sou bairrista sim, sou um pouco teimoso também, mas não tem lógica nenhuma promovermos Fagilde quando a ETA está toda em terras de Povolide. A barragem eu até posso admitir, que se chame Barragem de Fagilde, apesar de, quando está na capacidade máxima ainda temos terrenos do outro lado de Fagilde.-----

Senhor Presidente, só espero que a oposição do executivo camarário, não se oponha a obras a executar nas freguesias, à semelhança do que aconteceu no passado mandato que votaram contra uma obra na Freguesia de Povolide, estou a falar dos Vereadores do PS.---

Senhor Presidente, penso que poderei falar em nome de todos os meus colegas, ou da maioria deles, conte com os Presidentes de Junta na execução deste orçamento que visa, a promoção do concelho, as pessoas, a sua qualidade de vida, a economia, a cultura e o território.-----

Estrategicamente veremos o nosso concelho rumo ao desenvolvimento.-----

Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- ONZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta Comunicação Social, Público em geral. Estamos

neste ponto da Ordem de Trabalhos a discutir a ferramenta que permite efetivamente que o executivo possa trabalhar em prol dos viseenses, em prol deste concelho, e portanto, dos assuntos mais importantes e que deverá exigir de todos nós também uma participação coerente, correta e credível acima de tudo. Relativamente a este documento Senhor Presidente da Câmara, por parte do PSD penso que teve aqui uma leitura que vem de encontra aquilo que eu acabei de referir, com uma análise profunda, com dados concretos e com a realidade que provam pessoas que estão no terreno, que conhecem perfeitamente o dia-a-dia e todas essas vicissitudes. É de registar também por parte da oposição que obviamente já é tradição não haver um voto favorável portanto, nada de anormal, tudo como dantes não é, mas é de referir aqui três ou quatro questões que nos devem deixar bastante satisfeitos. Foi dito que é reconhecida a saúde financeira, eu penso que isto é das coisas mais importantes que podem ser ditas relativamente a um orçamento, portanto, a saúde financeira que é algo, que só isso permite tudo o resto, isto é como uma pessoa ter ou não ter saúde, só uma pessoa tendo saúde é que depois pode fazer alguma coisa, as pessoas debilitadas obviamente por mais vontade que tenham não podem ir, e portanto, temos aqui uma saúde financeira que efetivamente permite concretizar todos os outros anseios. Foi também dito que é um documento rigoroso, ora, isso também nos deixa obviamente tranquilos, além de refletir uma boa saúde financeira, também reflete uma questão de rigor, que penso que é algo de importante para todos nós efetivamente o rigor dessa mesma questão, e ainda é dito que se reconhece uma evolução positiva no mesmo relativamente ao anterior, portanto, parece-me que, sem referir mais, só estes são três aspetos a que deve ser feita a devida ressalva, mas, obviamente que as dificuldades surgem quando, apesar de se pensar isto, sabemos que temos que votar contra e portanto, aí começa a complicação aonde ir buscar a argumentação. Apetece-me também aqui usar um bocadinho de humor, ontem eu ouvi o camarada Jerónimo de Sousa a dizer que o Bloco de Esquerda anda a fingir-se de morto na Assembleia da República, eu hoje aqui, parece-me que é o próprio Partido Comunista que deve estar morto, é que nem sequer apareceu, pela primeira vez, portanto, é capaz de ser um assunto que não tem muito interesse vir aqui fazer papel de morto, não percebo, mas haveremos de ter a explicação atempadamente, mas, efetivamente foi isso que encontrámos. Do próprio Bloco de Esquerda, que de alguma forma também subscreve o que aqui está, depois vemo-lo descer ao nível de pequenos pormenores, como a questão de uma escola. Por parte Bloco de Esquerda acabou por ter que se refugiar em algo que conhece, que é uma coisa muito pequena, e portanto, os problemas estão todos concentrados num certo estabelecimento de educação, o que efetivamente também nos deve deixar tranquilos, mas o Partido Socialista traz ainda aqui uma outra questão que são os exemplos de outras cidades que deveriam servir-nos de exemplo, e foi dado o caso de Braga e o caso de Évora. O Partido Socialista deveria ser o último a referir estas questões, porque sabem perfeitamente que há aqui dois motores poderosíssimos que permitem que Braga e Évora estejam onde estão, que são as suas universidades, e portanto, não vamos voltar aqui às discussões que tivemos no passado, mas, o Partido Socialista tem que assumir, sempre, não é de vez em quando esquecer-se, das responsabilidades acrescidas relativamente à não existência de uma universidade em Viseu que obviamente seria um motor fortíssimo e que nos permitia estar hoje aqui num patamar bastante diferente, mas, a oposição ou alguma da oposição ainda refere aqui uma coisa mais interessante que é a dúvida de para que é que serve um grande orçamento, acho que não vale a pena tentar ser feita a explicação, mas realmente para quem não sabe para que serve um grande orçamento é porque deve estar habituado a orçamentos muito pequenos, ou efetivamente deve também andar distraído. Em suma, acho que ficou bem clara a dificuldade em justificar o voto contra por parte da oposição, em que efetivamente tiveram aqui intervenções longas, mas também para terminar de uma forma mais ou menos humorística, dizer que faz lembrar aquele reconhecido humorista que diz, “eles falam, falam, mas eu não os vejo a fazer nada”. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a

palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder aos Senhores Deputados.-----

----- **DOZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. É relativamente fácil responder a todas as questões que foram, aqui colocadas, porque há um traço que é comum a todas as intervenções da oposição, é que votam contra sem explicar porque é que votam contra, acabam por ter argumentos mesmo muito contraditórios, aliás, o Senhor Deputado Manuel Teodósio fez aqui uma boa síntese, se de facto o orçamento é rigoroso, se é um bom orçamento, se é um documento rigoroso, se há uma evolução positiva das finanças da autarquia, enfim, deviam ser logo pontos de partida que deviam tranquilizar a oposição. Nós também já estamos à espera de uma oposição bota abaixo que é isso a que temos assistido, nunca tivemos uma oposição tão bota abaixo como nestes primeiros meses de exercício do executivo, e isso é bem notório na forma como as coisas são aqui ditas, aliás, olhemos para o orçamento, olhemos para as grandes rubricas e cai logo por terra aquilo que são as grandes críticas. Qual é a rubrica com maior orçamento? A mobilidade, desde logo no vertente da criação de um novo sistema de mobilidade no concelho e também das vias estruturantes fundamentais para as diferentes freguesias.-----

Segunda prioridade em termos de orçamento, o Viseu Local, exatamente aquilo que é diretamente transferido para as freguesias em termos de obras, e se olharmos às várias rubricas em todas elas se nós fossemos a escarpelizar aquilo que é o investimento das freguesias nos vários itens chegaríamos a números muito mais elevados, porque obviamente quando estamos a falar na saúde, estão lá questões ligadas às freguesias, quando estamos a falar do Viseu Social também lá estão políticas para as freguesias, quando estamos a falar no saneamento e abastecimento de água é essencialmente abastecimento de água e saneamento feito nas freguesias, só aqui estamos a falar para aí de 7% do orçamento que está a ser investido nas freguesias, se falamos nos resíduos sólidos lá estão as freguesias, na proteção do meio ambiente também, se falarmos de cultura, se falarmos de desporto, se falarmos de transportes, de turismo, lá estão as freguesias, os senhores são tão redutores que não conseguem como felizmente os 25 Presidentes de Junta, porque felizmente são pessoas que sabem o que é que se está a passar nos seus territórios e portanto, são pessoas que sabem exatamente que aquilo que estamos a implantar nestes 4 anos é um Programa de Desenvolvimento Local estruturado, conversando exatamente com os Senhores Presidentes de Junta e com as suas estruturas, sabem bem com o que é que podem contar nos próximos 4 anos, porque estamos a acabar de fazer esse trabalho convosco, e por isso, o que verificamos é que há logo aqui uma grande antítese, quando se diz, afinal de contas não se está a investir nas freguesias, é exatamente a opinião contrária dos 25 Presidentes de Junta do concelho e isso desde logo denota a grande fragilidade desta oposição. Depois, o Senhor Deputado Rafael Amaro vem aqui fazer um conjunto de críticas ao seu governo, aliás, eu fico muito satisfeito porque as críticas que fez foram essencialmente direcionadas para o Portugal 2020, dizendo assim, bem este Portugal 2020 não está ajustado aquilo que são exatamente as questões que deviam ser, bem, fale lá com o seu governo, levante a voz, diga que esta reprogramação deve trazer ainda mais enfoque para a vertente dos territórios que o investimento da AICEP que deve começar a olhar para o interior que não deve ficar só entre o litoral, entre Setúbal e Braga que é para onde tem ido todo investimento, e eu pergunto, quantos pin conhecem fora deste litoral? Quantos investimentos da AICEP canalizados pelo Estado Central vieram parar a estes territórios? Era isto que eu gostava de ver dos Senhores Deputados do Partido Socialista e da Deputada do Bloco de Esquerda, que fazem parte desta geringonça que nos governa, que têm responsabilidades. Nós estamos a fazer aquilo que nos compete, e estamos a procurar fazê-lo bem, pensando nas pessoas em primeiro lugar, e daí que as funções sociais tenham aqui um espaço primacial, então a vertente da Educação, da Cultura e do Desporto são 3 pilares fundamentais, eu desafio qualquer município do Partido Socialista a alocar, só à parte da Cultura 4% do seu orçamento, desafio, digam-me um município do Partido Socialista que tenha 4% do seu orçamento

alocado à Cultura, desafio qualquer município socialista a ter 6,5% do seu orçamento alocado ao Desporto, desafio-vos, digam-me quais são esses municípios, e quando vêm comparar-nos com outros... olhe, ainda estive no sábado como orador na Plataforma do Crescimento Sustentável, em quase todas as intervenções o que é que perpassou? Há dois municípios que neste momento aparecem com estratégias bem definidas, Braga e Viseu. Eu sei que os senhores gostam sempre de ver o copo meio vazio e que não sabem reconhecer que por exemplo, o desemprego baixou 46% nos últimos 4 anos neste concelho. Isto não é notável? Diminuir 46%? Não é notável também o investimento que em conjunto fizemos, aliás, estava a ouvir o Raúl Junqueiro e não estava a reconhecer o Junqueiro do último ano e meio em que trabalhámos juntos no *Tour das Smart Cities* pelo país, que era o primeiro, até nas suas intervenções a apontar Viseu como um excelente exemplo da aposta nas tecnologias de informação, e na lógica da inteligência urbana, que dizia que era claramente um município que estava a fazer uma boa aposta, então, está ou não está em criação em Viseu um *cluster* no domínio das Cidades Inteligentes? Estão ou não estão já cerca de 200 pessoas a trabalhar neste setor? E na saúde? Que salto demos no domínio da Saúde? Não há hoje cerca de 500 pessoas novas a trabalhar no domínio da saúde em Viseu? Isto ignora-se? Isto não é captação de investimento? E que falar no domínio ambiental? A Central de Biomassa foi uma conquista dos Senhores? Não, foi uma conquista nossa, os senhores não têm nenhuma responsabilidade. Os 23 investimentos que captámos para o concelho nos últimos 4 anos são resultado das nossas políticas, e depois vem-se dizer, à mas não existe uma política para a captação de investimento. Só quem não quiser ver. O que é que é senão o Viseu Investe? O Viseu Investe devolve 100% dos impostos pagos, seja em sede de IMT, seja em sede de IMI, seja em sede de Derrama, são 100% devolvidos para quem investe, para quem cria postos de trabalho e para quem investe do ponto de vista físico, isto é que é uma política de captação de investimento, isto é que é uma política virada para o investimento, se os senhores não conseguem ver isto no orçamento escarpelizem-no. Bem, para já não falar nos impostos. Eu sou Social-Democrata, reformista e humanista, sempre são os valores que me caracterizam, desde sempre em que ando na vida pública, e a melhor maneira de redistribuir, o IRS é exatamente redistribuído através das refeições escolares, através dos transportes, através da cultura, através do desporto, através do apoio às escolas que estão em cada uma das freguesias, isto é que é uma forma de redistribuição, aliás, eu nem reconheço este Partido Socialista, não reconheço um Partido Socialista que vem a esta Assembleia Municipal dizer assim: Baixem lá o IRS, porque isso é que iria dinamizar, quando estamos a falar de beneficiários... 30% da população do concelho é que iriam beneficiar dessa medida, e desses 30% realmente, metade deles é o equivalente a um maço de tabaco por mês e para os restantes é que poderia ser para alguns significativo, portanto, um Partido Socialista a dizer assim: Aliviem lá aqueles que podem pagar mais impostos, é esta a política social do Partido Socialista. Já agora, vamos analisar também como é que evoluíram os impostos nestes últimos anos, e então, os senhores deviam ter o cuidado de analisar estas coisas, é que nós olhamos por exemplo para o IMI e o IMI desce quase 1 milhão de euros, ao longo deste período o IMI pago em Viseu, e se olharmos para as previsões para o próximo ano, baixa quase 1 milhão de euros, e porque é que baixa 1 milhão de euros? Porque há políticas de incentivo às famílias, porque há redução do IMI sobre imóveis, porque há também o incentivo a que as próprias famílias façam a reabilitação dos seus imóveis, e isso já se traduziu em quase menos 1 milhão, e pergunto? Quantos municípios dos vossos têm a taxa mínima há 4 anos? Há 4 anos que nós praticamos 0,3%, que é a taxa mínima que se pode aplicar do ponto de vista de IMI, e onde é que estão as taxas máximas? Afinal, são taxas mínimas com benefícios máximos, isso é que temos, taxas mínimas com benefícios máximos. Vamos agora analisar outros impostos que refletem a economia. O que é que só do ponto de vista dos impostos a Derrama? A Derrama está a subir exponencialmente, sabem porquê? Porque há atividade económica, e aí está uma contradição, se não houvesse atividade económica como é que subia a Derrama? Se não houvesse transação de imóveis,

se a atividade económica de transações de imóveis não existisse, porque é que subia o IMT? O IMT só sobe quando há transação de imóveis e está a subir exponencialmente, bem, até nisso os senhores têm azar, é que vêm criticar a falta de atividade económica, mas quando olhamos para os impostos, quais são as rubricas de impostos que crescem? IMT, transações de imóveis, a Derrama e IRC, estas são as duas rubricas que crescem, e o IMI baixa, baixa em termos absolutos, grande contradição. O IRS também sobe, apesar da devolução porquê? Porque há mais pessoas a trabalhar, por causa dos postos de trabalho criados, a redução de quase 50% do desemprego reflete-se também em termos de IRS pago. Meus senhores caem por terra os vossos argumentos porque efetivamente a política fiscal que temos vindo a seguir, é claramente uma política fiscal que tem cumprido exatamente os objetivos, e portanto, sobre política fiscal, e sobre investimentos estamos falados. Bem, depois parece que é um crime usar fundos comunitários. Bem, há uma coisa que eu vos quero garantir, e basta olhar, vão lá acima por exemplo ao investimento que está a ser feito na antiga Universidade Católica onde se está a instalar o VISSAIUM 21, a Incubadora de Base Científica e Tecnológica, a câmara já lá tem uma forte fatia de investimento feito e ainda não recebeu 1 cêntimo de fundos comunitários, que ninguém acuse este Presidente da Câmara ou este Executivo de andar a fazer investimentos ao sabor daquilo que são os fundos comunitários, antes pelo contrário, nós fomos sempre à frente, e temos estado a fazer os investimentos que entendemos que devem ser feitos, e sinceramente, analisem o Orçamento e olhem para as Grandes Opções do Plano, estão lá o que são as grandes opções, e se nós olharmos para as Grandes Opções do Plano meus caros e caras Senhoras e Senhores Deputados, o que é que nós encontramos? Das questões que são fundamentais para o funcionamento da nossa autarquia, por exemplo, desde logo o Armazém Central Municipal para reunir todos os serviços, lá está o Arquivo Distrital, lá está a renovação da frota, lá está uma forte fatia do orçamento para a modernização administrativa da própria autarquia, a parte para a renovação da vigilância, um forte investimento do ponto de vista de tudo o que tem a ver com o sistema de recolha de lixo e com a limpeza, um grande investimento na educação, o sucesso educativo que não vi ninguém aqui enfatizar, só o sucesso educativo tem um investimento superior a 1 milhão de euros, só o sucesso educativo, e não vi aqui ninguém enfatizar isto. Depois, vamos para os transportes escolares. Obviamente que tem que crescer o volume dos transportes escolares, quando nós estamos a assumir muitas vezes a trazer crianças que estão numa aldeia recôndita que são transportadas através de táxi, e vamos a continuar a fazê-lo, porque é a única forma de fixar pessoas nos territórios. Vamos também, e estou a correr exatamente aquilo que está nas Grandes Opções do Plano, lá está o Orfeão, a reabilitação do Orfeão, um edifício alocado à educação, lá estão as residências de estudantes na Rua do Gonçalinho, lá está a Unidade de Saúde Familiar na Rua das Bocas, lá está o Viseu Habita com 2,8 milhões de euros para os próximos 4 anos para ajudar exatamente as famílias pobres a poderem reabilitar as suas casas, lá está o apoio às famílias, meio milhão de euros por ano de apoio às famílias, lá está o Bairro Municipal, o Bairro da Cadeia, aliás, a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda diz que este Presidente da Câmara não ouve os munícipes mas depois entra em contradição dizendo assim: No Bairro Municipal até nos ouvira. Enfim, os senhores também foram uma das vozes que falou, e eu próprio quando cheguei à câmara, uma das primeiras medidas que tomei foi inverter a demolição do Bairro da Cadeia e arranjar o dinheiro para o fazer. Sabe quanto é que está previsto investir no Bairro da Cadeia? 4,2 milhões de euros e todo este investimento, sabe onde é que está? No PEDU Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, aliás, o Senhor Deputado Hélder Amaral nota-se bem que andou 4 anos sem ir às reuniões de câmara porque se tivesse ido às reuniões de câmara sabia o que é que foi lá aprovado, sabia por exemplo o que é que está no PEDU, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano lá está o financiamento da Central de Camionagem, e não é lá em cima, não é lá em cima junto... o que está lá em cima é de facto, no fundo, uma subestação um interface que é o segundo interface mais importante, o primeiro é a Central de Camionagem, e o segundo o

interface será junto ao Hospital por opção, e de facto esse investimento está em curso neste momento, aliás, basta olhar todo o investimento que estamos a fazer no domínio da mobilidade. Na eficiência energética também, só na eficiência energética nós já poupámos meio milhão de euros neste trabalho que temos vindo a fazer, depois também estão algumas obras físicas, o alargamento da Capitão Homem Ribeiro, também está lá o topo da Avenida da Europa, está lá o alargamento em frente à Casa de Saúde, está também a rotunda junto ao matadouro, enfim, só para falar nalgumas situações que aí estão previstas. Ao nível dos SMAS, um forte investimento virado para a resiliência do sistema, virado para o reforço do sistema, mas também investimentos estruturantes que há muitos anos têm vindo a ser reivindicados por nós, e até agora, raparem, nós investimos quase 700 mil euros ou já gastámos quase 700 mil euros para fazer face a estes problemas que tivemos de seca. Até agora, do Estado Central, o que é que nós vimos, 175 mil euros, do fundo de carbono, do fundo ambiental, bem, e recebemos há dias uma prenda, foi a fatura da água, é que recebemos uma fatura das Águas de Portugal da água que nos cederam, foi lá buscada por nós, exatamente debitada ao mesmo preço, a 0,53 cêntimos por metro cúbico, 0,53 cêntimos por metro cúbico, que se atendermos a que o nosso escalão de entrada é 0,56 estamos conversados sobre a solidariedade, de facto a solidariedade acabou por se manifestar na fatura que já chegou, temos lá 70 mil euros de água para pagar, e vamos pagá-la, porque felizmente como verificaram, mesmo com um ano tão difícil como tivemos não deixámos de apresentar contas positivas nas Águas de Viseu e provámos que a nossa boa saúde financeira nos permitiu resolver os assuntos, agora obviamente que esperamos que o governo também cumpra as suas funções, que abra outra vez o fundo de carbono para nós lá irmos buscar mais algum dinheiro para compensar aquilo que gastámos nesta questão da água e sobretudo que aprovelem as obras estruturantes que são fundamentais para todos nós. Enfim, continuando, o Fontelo, lá está nas grandes opções do plano, a sala da biblioteca, que enfim, vai ser inaugurada dentro de poucos dias, o Museu Municipal, o Viseu Arena, o Museu da Várzea de Calde, o Museu da História da Cidade, a ampliação do Viriato, aliás, a grua já lá está, a utilização da antiga Federação Vitivinícola, a Ecopista do Vouga, o Pavilhão Cidade de Viseu, a aposta na nova infraestrutura desportiva de Ranhados, enfim, a Incubadora de Base Científica e Tecnológica, o Centro Histórico, só aqui com um investimento de mais de 5 milhões de euros entre 2018 e 2019, o Vissaium 21 a incubadora de base científica e tecnológica, a parte da proteção civil o investimento que está a ser feito no Aeródromo, não só no centro de operação de socorros, 1 milhão de euros previstos, como também o quartel que já é visível que está a ser construído, enfim, o Mercado 21 de Agosto exatamente com o projeto que está a ser desenvolvido, o Mercado 2 de Maio que por opção entrará em obras logo a seguir aos Reis do próximo ano para não prejudicar o turismo nesta altura do ano. Os senhores nunca geriram nada, alguns dos que fazem aqui críticas e não percebem que gerir uma cidade implica equilíbrios, não vamos fazer obras no centro da cidade no momento em que estão os turistas a chegar, nem vamos fazer obras no Mercado 2 de Maio prejudicando o comércio durante o Natal, obviamente que o projeto está praticamente concluído, iremos lançar o concurso público para começar as obras exatamente no dia a seguir aos Reis quando desmontarmos o Natal deste ano, mas isto enfim, é bom senso, é bom senso. Olhem, se olhassem para as GOPs, verificariam que do ponto de vista das GOPs, o investimento que está previsto para 2018/2021 é um investimento de cerca de 290 milhões de euros, isso é que retrata qual é a nossa estratégia, agora se os senhores quiserem ver sempre o copo meio vazio, se quiserem sistematicamente andarem nesta política do bota abaixo terão o resultado. Daqui a 4 anos lá voltaremos a ser avaliados, a vantagem da democracia é esta, nós fomos avaliados há pouco tempo, crescemos quase 5% do ponto de vista da confiança dos cidadãos, temos hoje quase 52% dos cidadãos e estamos a governar para todos, daqui a 4 anos cá estaremos outra vez, nós continuaremos a seguir o nosso percurso, e os senhores verificarão que esta política do bota abaixo que não é normal, se olharmos para o país fora, eu converso com muitos colegas, designadamente na

Associação Nacional de Municípios, é raro o município em que as oposições votem contra no primeiro ano de mandato, raríssimo, Viseu é uma exceção, porque de facto temos esta oposição do bota abaixo, que não consegue ver méritos onde eles efetivamente existem, e portanto, há aqui claramente uma coisa que eu não entendo, e depois estas contradições, aliás, eu quando estava a ler a declaração de voto do Partido Socialista na reunião de câmara eu nem queria acreditar, porque por um lado critica-se a aposta no imaterial, depois diz-se que este é um executivo que está a apostar muito na infraestrutura, enfim, nem se chega a perceber muito bem. Bem, disseram que 3 dias eram poucos, a verdade é que já passaram 15 e nestes 15 dias também não evoluíram nada, porque até se nota que não leram o orçamento e que efetivamente não conhecem o orçamento em profundidade, foi isto que efetivamente hoje ficou aqui bem patente. Depois, referir também, já falei nos *clusters*, aliás, o aspeto que trouxe aqui o Deputado José Alberto é muito preocupante, nós ontem tivemos acesso aos dados demográficos do país, menos 24 mil é o saldo demográfico do país este ano, isto é muito preocupante, não vimos este governo em dois anos e infelizmente também não vimos os anteriores a olharem para este assunto com a prioridade que deve ser olhada, saiu um estudo que diz que nós podemos perder 2 milhões e meio da população até 2050 e continua o país alegremente, os governos alegremente a não olharem para este tema como deve ser olhado, este não é um problema que o Município de Viseu consiga resolver sozinho, nem os municípios do interior, isto é com políticas, com políticas fiscais e não só, é com políticas por exemplo de captação de investimento também para aqui, não temos que andar sozinhos a fazer este trabalho, ainda o disse ontem ou no sábado na intervenção que fiz, disse assim: Porque é que neste momento a AICEP não direciona a sua atenção para os chamados territórios de baixa densidade e procura captar para aqui.? Porque não se cria uma política fiscal que seja efetivamente amiga destes territórios em sede de IRS, em sede de IRC para as empresas? Porque não majorações de fundos comunitários? 10% é exíguo para captar investimento para estes territórios, até porque depois temos as portagens que nos constroem, temos outros custos de interioridade que nos constroem, muito temos feito nós para captar investimento neste período em que incluindo, o país está fora dos radares do ponto de vista do investimento, e portanto, esta questão da demografia é algo que foi aqui apresentado e que faz todo o sentido. Já agora Deputada Catarina Vieira, esqueceu-se do Orçamento Participativo por exemplo, são 250 mil euros por ano que a autarquia aloca exatamente a opções que as populações fazem, e esqueceu-se também que de facto este é um executivo que ouve as pessoas, e que faz refletir nas suas opções aquilo que efetivamente nós pretendemos fazer. Criticou o Viseu Educa, mas como é que se pode criticar uma política educativa que é definida por todo o universo que está no Conselho Municipal de Educação, e uma política que tem vindo a dar resultados, olhe-se para os últimos indicadores de aproveitamento escolar saíram há poucos dias. Ó Senhora Deputada convido-a a ver esses indicadores, enfim, enquanto eu vir que os dados estão a evoluir positivamente, acho que estamos em conjunto com todos aqueles que fazem parte do sistema educativo, os agrupamentos, as escolas, as associações que estão envolvidas, os pais, enfim, enquanto os resultados forem aqueles que estamos a verificar continuamos a pensar que estamos no bom caminho e portanto, vamos continuar por ele, e não é pelo facto de uma coisa não estar nas GOP que não se pode fazer, obviamente que há mais de 50 escolas por ano que são intervencionadas e que não está nas GOP especificado porque há uma rubrica geral para esse efeito, basta saber ler as GOPs, mas enfim, já verifiquei que a maior parte dos senhores não terão olhado para isto com a atenção que deveriam ter olhado. Já agora, aquela situação que pôs de mobilidade reduzida do Bairro de Paradinha, é uma falácia, a senhora vive exatamente num rés-do-chão, não vive num 1º andar, por amor de Deus, não venha para aqui dizer coisas que não são, e olhe, a rampa, já mais do que por uma vez, aliás, está ali o responsável da Habisolvis, que já por várias vezes quer construir a rampa de acesso à senhora e a senhora diz que não quer que construam a rampa porque o que quer é sair do Bairro de Paradinha, mas nós não temos outra casa de

rés-do-chão para lhe poder dar e portanto, não chegue ali dizer coisas que não são, olhe, eu por acaso estou bem a par desses assuntos como de outros, porque se há questões que chegam logo diretamente ao meu conhecimento são questões sociais. Já agora em relação há questão das pessoas que estão à espera, é público, basta ir ao *site* da Habisolvis e está lá exatamente espelhado quais são as pessoas que estão neste momento à espera de habitação social, e são escalonadas, é que isto hoje é assim, é a transparente e bem, deve ser efetivamente transparente. Realçar portanto, depois também aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Viseu referiu, de facto a mobilidade, este projeto de mobilidade que está em curso é uma revolução, é uma revolução pacífica, que tendo a adesão dos cidadãos vai mudar o paradigma da mobilidade no nosso concelho, profundamente, e por isso é que também alocamos um orçamento tão elevado para a vertente da mobilidade, assim como o PEDU, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano até nos cria a ambição numa lógica de reprogramação comunitária nós poderemos vir a incluir mais algumas obras no próximo PEDU e mais algumas opções no próximo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano até porque nós estamos a caminhar para quase 100% de execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Enfim, em relação ao Raúl Junqueiro já lhe respondi, estranho a evolução do pensamento, sinceramente se a redução de 45% do desemprego, se o saldo positivos da criação de empresas e esta aposta nos *clusters* é agora mal vista por si, olhe, enfim, tenho que respeitar, há sempre espaço para mudar de opinião.-----

Em relação à intervenção da Senhora Deputada Ana Paula Santana, também agradecer, colocou exatamente o enfoque naquilo que é mais imaterial que é exatamente a modernidade, a qualidade de vida e as vertentes da opção social de cada um dos cidadãos como máxima.-----

O Senhor Deputado Hélder Amaral isto é um bocadinho diferente do que comentar o empate do Sporting, é um bocadinho mais sofisticado implica olhar para o documento e lê-lo, e depois com a leitura do documento fazer uma análise, sinceramente, não vi na sua intervenção uma única coisa, aliás, o discurso das festas e festinhas resultou naquilo que resultou, está hoje o senhor sozinho nesta bancada e já não está ninguém no executivo, esse foi o discurso de 4 anos do CDS/PP a dizer que era um executivo de festas e festinhas, olhe, o povo respondeu, portanto, está aí a resposta, por outro lado, se tivesse ido às reuniões dos últimos 4 anos talvez tivesse conhecimento da Central de Camionagem, como é que ela vai ficar, etc., por isso, já foi aprovado e portanto está em curso.-----

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Povolide, dizer-lhe efetivamente que já estão as orientações dadas, também acho que tem razão, que a ETA deve passar a chamar-se ETA de Povolide porque efetivamente ela está na Freguesia de Povolide e já estão dadas orientações às Águas de Viseu para que efetivamente se passe a designar aquela infraestrutura como ETA de Povolide, acho que já ganhou alguma coisa hoje aqui nesta Assembleia Municipal. Por fim, referir só, antes de terminar, que todos os partidos, mesmo os que não têm assento nesta Assembleia Municipal receberam o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que fique bem claro, nestas coisas transparência é transparência, ninguém se pode queixar e ao mesmo tempo que receberam os partidos recebeu o executivo no mesmo dia que enviámos as coisas para o Partido Socialista enviámos para todos os partidos que concorreram às últimas eleições para que pudessem analisar, portanto, toda a gente está na posse destes documentos há 15 dias, portanto, se não os estudaram... epá, em 15 dias eu já estudei muita coisa, já fiz muitos quilómetros, já participei em muitas coisas. Se nós ocuparmos bem os nossos dias seguramente que chegam para muitas coisas. Por fim, dizer Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados que enfim, não esperava outra coisa que não fosse o voto contra dos partidos da oposição, mas também não acrescentaram nada neste debate. Já vinha à espera do voto contra e vou ter o voto contra dos partidos da oposição, mas em relação ao discurso não vi nenhuma evolução e o que é mais confrangedor é que as críticas que se fazem facilmente se desmontam, por outro lado não se vê que haja aqui soluções diferenciadas, eu ficava

bastante satisfeito se dissessem, votamos contra porque não era este caminho que seguiríamos, seguiríamos outro, mas não verificamos qual é esse caminho que os senhores seguiriam, até porque normalmente os caminhos que apontam são aqueles que efetivamente nós já temos vindo a seguir e portanto, olhem, lá continuaremos com esta oposição bota abaixo, lá continuaremos com esta maioria construtiva a trabalhar com os cidadãos e a trabalhar com os nossos Senhores Presidentes de Junta. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Então em relação a esta situação, procedeu-se à discussão, não há nenhum pedido de uso da palavra iríamos então proceder à votação.-----

Em relação ao Ponto Um (1) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2018.** Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Por isso, *foi aprovado com onze (11) votos contra.* (**Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 43/44**).-----

Em relação ao Ponto Dois (2) **A APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1.** Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? *Foi aprovado com onze (11) votos contra.* (**Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 45/46**).-----

Em relação ao Ponto Três (3) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1.** Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? *Aprovado com dois (2) votos contra.*-----

(Nota: *O resultado desta votação foi corrigido antes do encerramento da sessão, na sequência do pedido efetuado à Mesa pelo Senhor Deputado José Hélder do Amaral. Após concordância do Plenário, registou-se na votação do Ponto Três (3) da Ordem de Trabalhos o resultado de quarenta e oito (48) votos a favor, um (1) voto contra e uma (1) abstenção, conforme é referido nas linhas 7, 8 e 9 da página número 42*). (**Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 47/48**).-----

Iriamos então passar ao Ponto Quatro (4) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TREZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Esta é claramente uma proposta que vem complementar em muito aquilo que foi a aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e que tem a ver com a nova estrutura orgânica da Câmara Municipal. É sabido que no último mandato foi aprovada uma estrutura orgânica que esteve dependente de uma decisão do Tribunal de Contas em relação às Águas de Viseu, entretanto houve alteração legislativa, influenciada pela Associação Nacional de Municípios que nos permite hoje ter um desenho orgânico dos serviços da Câmara virado para o futuro. Um desenho que parte exatamente desta proposta de regulamento e de organização dos serviços que aqui apresentamos às Senhoras e aos Senhores Deputados, é um regulamento que aposta na orientação dos serviços municipais para os principais objetivos nas políticas consagradas obviamente pelo Programa Viseu Primeiro, desenvolvimento económico, desenvolvimento urbano e coesão territorial, coesão social e qualidade de vida, assente em vários princípios chave que propositadamente transcrevemos para o regulamento o princípio da eficácia, o planeamento, a coordenação, a cooperação entre várias estruturas, transparência, controle de responsabilização, qualidade, inovação e modernização, gestão por objetivos e dever de informação. Em termos da composição, trata-se de uma estrutura hierarquizada, constituída por 4 unidades orgânicas nucleares do tipo Departamentos Municipais, 18 unidades flexíveis do tipo de Divisões Municipais, 21 unidades orgânicas com cargos de direção intermédia de 3º grau e duas equipas multidisciplinares. Na

evolução registada destaca-se uma maior integração das participadas com a estrutura orgânica, designadamente a Habisolvis e a Área Social que passam a cumprir o mesmo objetivo, até porque estão na mesma área, portanto, uma maior integração das participadas com estrutura orgânica do município e maior integração das unidades que anteriormente estavam na estrutura matricial dos diferentes departamentos. Os departamentos passam a espelhar uma filosofia de serviços partilhados e também uma adequação às novas competências dos municípios, a integração também do funcionamento da Ação Social como já referi com a Habisolvis, a articulação da SRU, Divisão de Gestão Urbana e o Gabinete da Cidade, a Fiscalização Municipal que não urbanística passa a integrar a Divisão Jurídica, e que faz todo o sentido que seja esta a evolução, e o redesenho do atual DPGU com integração de funções de desenvolvimento económico e separação dos processos promovidos por empresas e particulares, sendo preconizada a segregação de funções entre licenciamento e fiscalização. O atual DOMA é também redesenhado com planificação de funções e introdução de novas valências como é o caso da inteligência urbana, portanto, no fundo esta nova orgânica, este novo regulamento visa no fundo adaptar e reestruturar a orgânica da autarquia para estes tempos diferentes, nos ciclos anteriores muito pautados pela vertente do investimento imobiliário, hoje cada vez mais pautado... veja-se o seguinte, desde logo a Divisão de Cultura e Desporto são autonomizadas permitindo aqui uma especialização, aliás, uma nota muito relevante é a especialização de várias Divisões e de Secções dentro do próprio Município, tem muito a ver com isto e com a expectativa que temos também da descentralização, estamos já a preparar a estrutura para podermos vir a receber novas competências em determinadas áreas e isso implica robustecer e ao mesmo tempo especializar, portanto, no fundo, esta é uma orgânica, e uma alteração orgânica é algo não se faz todos os dias, diria que deve ser estável, e diria que esta, enfim, orgânica obviamente só responsabiliza estes 4 anos, mas normalmente este tipo de alterações orgânicas fazem-se de 8 em 8 anos, de 10 em 10 anos porque tem que refletir uma filosofia nova da própria Administração Pública, da Própria Administração Local, e ela é muito isto, por outro lado, também esta opção por serviços partilhados, cada vez mais há serviços que têm que ser prestados para o universo total, e aqui uma grande preocupação também com a vertente da transparência, inclusivamente a criação desta figura do Provedor do Cidadão é também um salto importante que permite, enfim, para além de todos os mecanismos que hoje temos, ter também aqui um cidadão que nós iremos escolher que terá uma responsabilidade, como hoje já temos o nosso Provedor para a Área Social e para a Área da Deficiência, e que acaba por ser aqui um interlocutor extremamente importante entre as instituições, entre as pessoas e o próprio município, também passaremos a ter nesta estrutura orgânica um Provedor do Município que efetivamente vai ser aqui também uma boa lógica de ligação com os próprios cidadãos. Portanto, aquilo que eu propunha, até porque este é um documento muito aprofundado, tivemos tempo durante estes últimos 3 anos enquanto esperávamos por este vai e vem com o Tribunal de Contas vir aprofundando aquilo que é o conhecimento, houve muito *benchmarking*, apreciámos e avaliámos várias estruturas de outras autarquias que já deram o salto, e são poucas, são muito poucas as autarquias que já ajustaram a sua orgânica aos novos tempos, nós seremos uma das que efetivamente está a dar este salto, e tivemos este cuidado, fomos recorrendo também há opinião de pessoas que estão muito habituadas, e obviamente que esta orgânica tem que ser analisada de uma forma integrada, isto é, não estamos a falar só da reestruturação orgânica, estamos a falar também do reforço de quadros que está em curso, com os vários concursos que estão neste momento a decorrer em várias áreas que visa reforçar as competências técnicas da autarquia para podermos prestar um bom serviço aos cidadãos, tem muito a ver com o Viseu Net, com a desmaterialização em curso que está praticamente concluída, total desmaterialização dos processos e a desmaterialização da relação dos próprios cidadãos democratizando, tem muito a ver com este trabalho que temos estado a fazer, nós e a Administração Central com a abertura dos 10 espaços de cidadão, com a deslocalização da

Loja do Cidadão futuramente para o Mercado Municipal, com a loja itinerante, a loja móvel, todos esses serviços na perspetiva de que nas Juntas de Freguesia cada vez seja mais possível prestar informação e serviços de proximidade aos cidadãos que hoje não são possíveis, e no futuro será fácil por exemplo a um habitante de Côta, de Barreiros/Cepões ou de Calde tratar na sua Junta de Freguesia, tratar à distância através do sistema desmaterializado, tratar de muitos assuntos que hoje obrigam a vir à autarquia, e mais do que isso, cada um dos cidadãos fica a fiscalizar o que está a ser feito, porque através da sua *password* consegue saber em cada momento onde é que está o processo que tem que tratar na autarquia, portanto, este é também um salto muito forte que pretendemos dar nos próximos tempos e que no fundo é também adaptar a autarquia, adaptar os serviços da autarquia a esta dinâmica e às novas exigências que efetivamente temos hoje, do ponto de vista até da relação com os cidadãos, da transparência, de todos estes princípios de eficácia de gestão. A gestão, como eu costumo dizer, não é pública nem privada, ou é boa gestão ou é má gestão, e nós temos tido esta preocupação de gerir bem, saber que há hoje 80% ou mais da autarquia que já foi reestruturada e já estão em níveis que nós consideramos muito bons do ponto de vista da qualidade dos serviços que prestam, restando ali, sobretudo com um pendor na vertente do urbanismo ainda o nosso “calcanhar de Aquiles” do ponto de vista do serviço de qualidade que pretendemos prestar a todos os cidadãos, estamos em crer que esta alteração orgânica que também vamos promover a este nível, vai permitir também separar aqui águas, desde o licenciamento às atividades económicas, a parte do planeamento, a parte da fiscalização, portanto, todas estas separações nos vão permitir ganhar aqui uma nova dinâmica de resolução de problemas e obviamente que esperamos que esta nova orgânica que também será constituída por pessoas, a verdade é que estes Diretores de Departamento, os Chefes de Divisão, são pessoas que iremos responsabilizar, a quem queremos dar formação de gestão intermédia, portanto, não é só lá colocar as pessoas nas funções, é preciso também dar-lhes formação para que possam assumir as suas próprias responsabilidades, e em bom rigor, as autarquias estavam muito organizadas na lógica da dependência excessiva da Administração, hoje em dia já não pode ser assim, a Administração é um órgão político e de gestão, mas cada um nas Divisões, nos Departamentos, nas Secções tem que ter a sua autonomia no momento em que está a relacionar-se com os cidadãos, para quê? Para encurtar o prazo de resposta, traduzir-se em maior eficácia, não há nada pior do que um processo estar pendente anos a fio para ser resolvido, e nenhum cidadão percebe que efetivamente hajam situações que estejam anos a fio por resolver, nós andamos a resolver questões com 30 anos, isto é inadmissível, não pode acontecer, e portanto, espero que todo este trabalho que temos vindo a fazer e que culmina agora também com esta nova estrutura orgânica, venha efetivamente a traduzir-se num serviço mais próximo dos cidadãos, num serviço mais transparente, num serviço mais eficaz e que efetivamente possamos daqui a dois ou três anos quando fizermos esta avaliação repararmos que demos um salto qualitativo muito grande do ponto de vista daquilo que é a nossa organização, no final de contas estamos a falar em cerca de mil pessoas que trabalham nos serviços da autarquia, mil pessoas onde eu vos posso assegurar que a esmagadora maioria são pessoas muito determinadas e muito conectadas com o seu trabalho do dia-a-dia, eu não sou daqueles que alinham na crítica que se faz normalmente ao funcionalismo público, posso dizer que a autarquia tem excelentes funcionários, tem excelentes pessoas a trabalhar, obviamente que também tem alguns que se encostam um bocadinho à sombra da laranjeira como se costuma dizer, mas isto é em todas as organizações, há no privado e no público, mas também esta orgânica com uma maior responsabilização das próprias chefias, também obrigará que as próprias chefias tenham mais responsabilidade de coordenar as pessoas que estão sob a sua responsabilidade e portanto, estou em crer Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados que esta nova orgânica também nos vem dar um novo suporte para o salto qualitativo que queremos fazer, e portanto, espero que esta Assembleia aprove esta proposta que aqui trago. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Temos uma inscrição que já estava previamente anunciada do Deputado Carlos Costa. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Então agora no momento certo. Renovo os meus cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados, Minhas Senhoras, meus Senhores. Este novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Viseu, que hoje apreciamos, merece especial atenção por ser o instrumento orgânico fundamental que regerá a forma como o Município se articulará com os Viseenses.-----

Enquadrando-se nos preceitos legais estabelecidos pela Lei 49/2012 e pela Lei 25/2017 que dá nova redação à Lei 35/2014, introduzem-se alterações profundas na organização dos serviços Camarários, desde logo levando as preocupações dos Municípios para dentro da Câmara através da incorporação da figura do Provedor do Município. Estreita-se assim a relação entre os Viseenses e quem os governa, dando maior enfoque às suas necessidades e anseios.-----

Na mesma linha a nova Equipa Multidisciplinar para a Promoção da Participação potenciará também maior sintonia com as aspirações dos cidadãos.-----

Será ainda da maior importância o Gabinete de Auditoria e Qualidade, cuja ação será decerto fulcral para a avaliação interna dos serviços prestados pela Autarquia, fornecendo instrumentos valiosos para a gestão Municipal.-----

Eu diria que estes três serviços que citei, serão verdadeiros “manómetros” da relação do Poder Autárquico com os Municípios, aportando à partida considerável maior valia, e mais céleres afinações da ação Municipal.-----

Na nova estrutura, releva-se também preocupação com o Social orientando-se de forma mais clara a orgânica Municipal com a criação dentro do departamento respetivo de uma unidade dedicada e específica, isso também é uma vertente que tem sido propalada e agora se lhe dá a nova relevância.-----

Portanto, desta nova organização resultam basicamente 4 Departamentos, 4 Grandes Departamentos:-----

- Os Serviços Partilhados que será um Departamento transversal;-----
- O Departamento de Desenvolvimento Social;-----
- O Departamento de Desenvolvimento Económico e Ordenamento do Território;-----
- O Departamento de Ambiente, Obras e Sustentabilidade.-----

Com organização autónoma ficarão a Proteção Civil Municipal, a Polícia Municipal, a Viseu Novo-SRU, a Habisolvis e os SMAS/Águas de Viseu.-----

A proposta mostra ter tido por base a preocupação com a maximização da eficácia dos serviços, apontando no sentido de uma maior celeridade de resposta por um lado, e atenção às necessidades dos Municípios por outro.-----

Gostaria de realçar também a preocupação com a especificidade do Planeamento e Ordenamento do Território, com o Cadastro de Solos – aliás, fulcral não apenas para a Gestão Urbanística mas também para a Proteção Civil como bem sabemos e ainda com a Eficiência Energética (tema este que me é particularmente querido) e onde muito já vai estando feito ao nível da iluminação pública, mas também muito há a fazer ao nível do edificado, temos terreno aberto para a implementação da Diretiva Europeia sobre o Desempenho Energético dos Edifícios (EPBD) atingindo o desiderato NZEB, (*Near Zero Energy Buildings*).-----

Finalmente e na sequência desta reorganização, também a desmaterialização processual e o interface de acesso virtual dos Municípios aos Serviços contribuirão para escrever uma nova página no livro do progresso que esta reforma inicia.-----

São assim grandes as expectativas que agora se abrem, dando à Administração Autárquica as ferramentas necessárias para melhores performances, que decerto ser traduzirão numa cada vez melhor prestação de serviços públicos.-----

Por essas razões e todas estas que foram elencadas, a bancada do PSD apoia esta reorganização, e votará favoravelmente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. Estamos perante o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Viseu, que procura ser a adaptação aquilo que são as estratégias definidas pela Câmara Municipal. De alguma forma, pretende-se dar cobertura à política que a Câmara Municipal pretende implementar no concelho e é disso que se trata com este documento.--- Independentemente do seu conteúdo, que do meu ponto de vista se consegue entender melhor através do organigrama que nos é apresentado em final desse mesmo regulamento. Parece-me um regulamento organizado com alguma falta de clareza, bastante confuso, complexo, e de alguma forma também de difícil implementação nos serviços da Câmara Municipal. Não estão em causa as pessoas, está em causa de facto a forma como será implementado, ao contrário daquilo que acontecia com o regulamento anterior, claro, sem grandes dificuldades de análise, que foi também uma das dificuldades que senti, se calhar por minha culpa, admito, em analisá-lo, exatamente pela sua complexidade e por alguma falta de clareza, inclusivamente algumas duplicações de competências e de atribuições de competências. Ressaltam-me aqui, à priori dois ou três pormenores. Alguma preocupação com o tratamento por parte da Comunicação Social da Câmara, é uma vertente que está ali de novo, que não estava no regulamento anterior, a Câmara Municipal tem alguma preocupação na forma como a Comunicação Social trata os seus procedimentos. Depois, nota-se uma falta de cuidado absoluto, ou pelo menos não tratamento dos recursos hídricos de Viseu, estamos a sair de uma situação onde isso foi de facto muito drástico para Viseu, e não se prevê aqui algum tratamento dessa matéria, aliás, aparece... eu vou ler exatamente o único pormenor referido relativamente aos recursos hídricos. Diz-se apenas isto em todo este regulamento. Peço desculpa mas queria enquadrar isto bem. No seu Artigo 21º nº5 alínea g) *Assegurar a gestão e conservação dos espaços verdes, e viveiros municipais, assegurando a gestão sustentável dos recursos hídricos.* É a única vez que se fala em recursos hídricos, contextualizado nesta alínea. Eu percebi mais, ou melhor, ouvi mais falar em desmaterialização do que aquilo que está aqui vertido, de facto a explicação que o Senhor Presidente deu procurou colmatar essa lacuna aqui no regulamento. A desmaterialização não está aqui assim, da forma que foi explicitada durante o seu discurso. Gostava também de saudar, aqui sim, a introdução do Provedor do Município, uma referência nossa, uma proposta nossa nesta Assembleia e não só, ao longo já do último mandato finalmente acolhida pela Câmara Municipal, saudamos o executivo municipal por isso. Portanto, parece-nos que há aqui alguma falta de cuidado na elaboração deste regulamento, acho que deveria ter sido mais cuidado, por forma a ser melhor entendido para que de facto, sim, os municípios pudessem entender esta ferramenta como disse o Senhor Presidente, esta ferramenta que têm aqui ao seu alcance que de alguma forma não vai ser muito fácil de utilizar por parte dos municípios. Era tudo o queríamos dizer relativamente a esta matéria, e porque se trata de um regulamento que decorre da Lei 305/2009 conjuntamente com a Lei nº49/2012 que é uma obrigação do município ter, desta forma revista com os princípios que tenta implementar à sua política do Viseu Primeiro, e porque lhe compete trazer isto aqui e implementá-lo, deixamos o nosso voto de alguma forma de poderem implementar isso mesmo e por isso nos vamos abster na votação do Regulamento. Muito obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Catarina Vieira.-----

----- **DEZASSEIS – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E**

CASTRO RODRIGUES (BE): No dos Serviços Municipais da no Artigo 25.º - **TURISMO E CULTURA**, parece-nos desadequado juntar estas duas valências. Podem articular-se entre si, mas tal promiscuidade pode levar à tentação de subordinar a cultura ao turismo. E até já há sinais disso quando o município paga a pintura de murais, no âmbito do Festival “Street Art” Tons da Primavera, em quintas, como a de Pedra Cancela, que ainda por cima está ligada a um vereador do executivo, a pretexto de promover rotas turísticas vinhateiras.-----

Também no Artigo 26.º **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**, ao ligar estes dois pontos o Ordenamento do Território ao Desenvolvimento Económico, o que pode colocar o Ordenamento do Território, com tudo o que ele tem de essencial ...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo*, Agradecia silêncio, está bem?-----

- *A Senhora Deputada Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues retoma a sua intervenção dizendo*: Eu costumo fazer isso com os meus alunos, que é calar-me para ver se... com tudo o que ele tem de essencial para a defesa do património natural e do meio ambiente, subordinado a interesses económicos. Obrigada. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhor Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **DEZASSETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Muito rapidamente Senhor Presidente, para agradecer as intervenções e dizer ao Senhor Deputado Alberto Ascensão, olhe que os SMAS continuam, esteja lá descansado, parece que na sua intervenção se esqueceu de uma componente é que nós temos uma coisa chamada Serviços Municipalizados Águas de Viseu que vão continuar e que têm concentrados lá as funções que ali dizia. De facto, os senhores até evoluíram porque votaram a favor na Câmara, agora abstêm-se, portanto, já há aqui uma evolução positiva porque têm que ser coerentes com a política do bota abaixo. Quando é preciso não votar favoravelmente há que encontrar nem que seja um cisquinho para se botar abaixo. Olhe, eu para a próxima também o vou convidar como perito, porque olhe, vários peritos ligados a estas áreas opinaram sobre este regulamento, pessoas do mais reputado que o país tem, e portanto, este regulamento é um regulamento que procura ser o repositório também de novas fórmulas de gestão que hoje estão a ser implementadas e portanto..., em relação ao Provedor, olhe que ele já se encontrava no regulamento que não chegou a ser implantado por falta de aprovação, não é uma coisa recente, já lá estava, e já estava no Programa Viseu Primeiro à 4 anos atrás, portanto, não queira agora apropriar-se daquilo que não é seu não é. Não queira agora apropriar-se daquilo que não é seu. Já agora em relação à Deputada Catarina Vieira, também está um bocadinho fora daquilo que é a evolução. Cada vez mais, em todo o mundo, a lógica da cultura e do turismo são abordadas numa lógica complementar, mas enfim, é a sua perspetiva, a nossa é diferente, olhe, não vale a pena estarmos a procurar lançar suspeitas, aliás, acho que isso até fica mal, porque tudo é transparente, os portais têm lá tudo, as coisas que vão às reuniões de câmara, portanto, não há município mais transparente do que o Município de Viseu, pode haver tão transparente, portanto, qualquer suspeição... olhe, este Presidente da Câmara e esta equipa que aqui está querem sair... no dia em que saírem da câmara, e todos nós vamos continuar a viver por cá, queremos sair da Câmara como entrámos, o mesmo fato, as mesmas gravatas, obviamente que renovadas ao longo dos vários mandatos, porque senão também ficavam puídas, mas queremos exatamente... ainda há dias apresentei a minha declaração ao Tribunal Constitucional e todos nós a apresentámos, está lá, vá lá consultá-la Senhora Deputada, quando se lançam assim suspeições para o ar de cumplicidades e tal, apresente provas, aliás, normalmente era a Senhora Deputada substituta que hoje faltou, que vinha trazer esse tipo de coisas, a senhora como está aí sentada ao lado quis substituir, normalmente é o Partido Comunista que vem aqui lançar... o seu antecessor nunca fez isso sabe? O seu antecessor nesta bancada nunca fez isso, até se pronunciava com sentido de humor e nunca lançou suspeições sobre a honestidade de quem está à frente da

Câmara, nunca! Porque quem lança suspeições deve apresentar logo ao Ministério Público, é o que eu faço. Quando eu recebo na câmara alguma denúncia de algum cidadão que vejo que pode ter substrato, sabe o que é que eu faço? Envie-se ao Ministério Público. Sempre. Porque quero dormir tranquilo, quero sempre dormir tranquilo e quero que os cidadãos durmam tranquilos. Hoje há mecanismos cada vez mais aperfeiçoados com a tal desmaterialização, que não tem que estar aqui escrita, e lá está o *NOPAPER* é o objetivo final de tudo isto, isto é termos os serviços todos da câmara a funcionar sem papéis a circular de um lado para o outro, ou a desmaterialização Viseu Net, já foi apresentada há 3 anos, não temos que andar sempre a falar dos assuntos que estão em curso, e a verdade é que estamos já quase a chegar à fase final, da desmaterialização e posso-lhe dizer que depois de termos chegado aí, seremos seguramente um dos municípios mais evoluídos do ponto de vista do *NOPAPER* e da desmaterialização, isso vai permitir o quê? Vai permitir que os cidadãos também possam acompanhar e serem eles próprios fiscais da atuação dos serviços, o que é extremamente importante do ponto de vista da transparência, portanto, nada de suspeições. Quando alguém tiver alguma suspeição peço-vos: Mandem logo ao Ministério Público. Investigue-se este caso ou outro, eu agradeço que o façam, agora, ir ali e deixar o pezito para trás como se faz no futebol não é? Deixar às vezes o pé para trás para rasteirar quem vem a seguir, à espera que a pessoa não dê conta. Eu darei sempre conta. Se há questões porque me pauto são os valores por que me norteiei em toda a minha vida, eu e toda a minha equipa, norteamo-nos por valores de ética, de respeito, de cumprimento de todas as normas em vigor e não aceito nunca o tipo de insinuações como aquelas que a Senhora Deputada fez, e portanto, enfim, se querem votar contra, obviamente que é legítimo, toda a gente tem toda a legitimidade para discordar, votar contra, mesmo que na fundamentação depois “não bata a bota com a perdigota” porque eu não consegui encontrar na intervenção do Senhor Deputado Alberto Ascensão ou na intervenção da Senhora Deputada Catarina Vieira argumento que justificassem o voto contra, ou uma abstenção, mas enfim, mas se é essa a vossa opção, nós já sabemos que estamos com uma oposição bota abaixo, se não querem participar na construção de um bom projeto para Viseu, não participem, deixem-se estar *a latere*, o povo em seu devido tempo encarregar-se-á de premiar esse vosso colocar-se completamente fora da dinâmica que o concelho hoje está a ter e quer continuar a ter, nós cá continuaremos a governar com os cidadãos, com as instituições, a procurar escolher em cada momento os percursos que queremos crescer. Os senhores querem-se manter fora disto? Mantenham-se, até é saudável para nós que se mantenham fora, é sinal que não estão com o projeto de desenvolvimento que temos para o nosso concelho e para a nossa cidade, e aí até agradecemos o bota abaixo que é a vossa característica e pelos vistos vamos ter que viver com ela durante o mandato e já estamos preparados para isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à Votação do Ponto Quatro (4) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Foi aprovado com dez (10) abstenções e um (1) voto contra. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 49/50.*-----

Por isso, terminámos assim...-----

O Senhor Deputado José Hélder do Amaral solicita autorização para intervir.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** É uma Declaração de Voto?-----

- ***O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém do seu lugar dizendo:*** Não Senhor Presidente.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo:*** Então qual é a figura regimental já agora?-----

- ***O Senhor Deputado José Hélder do Amaral do seu lugar responde:*** Ou sobre a condução dos trabalhos ou para prestar esclarecimentos.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo:*** Ou?-----

- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral volta a responder do seu lugar: Ou sobre a condução dos trabalhos ou para prestar esclarecimentos. Pode ser para prestar esclarecimentos, acho que faz mais sentido. Quero fazer uma correção do sentido de voto. -
- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Mas, já terminou a votação ó Senhor Deputado e aí... é uma Declaração de Voto?-----
- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral volta a intervir do seu lugar dizendo: Não. É sobre a condução dos trabalhos. Posso?-----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Sobre a condução dos trabalhos agora não faz... estamos em votação e já acabámos a votação.-----
- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral volta a intervir do seu lugar dizendo: É sobre a condução dos trabalhos. Posso explicar porquê? -----
- O Senhor Presidente da Mesa responde dizendo: Certo. Tem a palavra.-----
- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER AMARAL (CDS/PP):** Cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados. Talvez assim seja mais fácil. Eu quero apenas corrigir a votação do Ponto 3. É o que dá andar em festas e festinhas e ficar sozinho, fica difícil gerir a agenda toda, mas como não quis interromper, porque o Senhor Presidente tinha acabado de dar início à discussão, e já tinha até dado a palavra ao Senhor Presidente, esperei pelo fim porque queria só fazer essa correção do sentido de voto da minha bancada, tão simples quanto isso. Eu sei que estou no grupo do bota abaixo, mas não é preciso ficarem com receio. É só para mudar de CONTRA para ABSTENÇÃO Senhor Presidente e gostava que isso ficasse em Ata. Portanto, o CDS abstém-se nas Grandes Opções do Ponto 3, que é do SMAS, devia estar registado como voto contra porque eu votei contra os outros dois pontos.-----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Vamos lá ver. Ó Senhor Deputado, a votação já existiu, e já está registada, agora não podemos fazer uma segunda votação.-----
- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém dizendo: Senhor Presidente, não altera o sentido de voto, não altera nada, é apenas a minha votação.-----
- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Espere, pode ficar em Ata que a sua vontade, eu acho que é legítimo, agora, não podemos estar aqui sempre a mudar as vontades. Agora, vai-me desculpar, a votação existiu...-----
- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém novamente dizendo: Eu estou a fazer uma correção.-----
- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:... agora, pode ficar em Ata que a sua vontade no Ponto Três (3) era abster-se e não votar contra, isso fica em Ata, sem problemas nenhuns com a sua declaração, agora, não podemos mudar o sentido da votação, ela existiu, terminou, e não vamos agora porque... vamos lá ver: Abria-se aqui... penso que não está previsto no Regimento e se não está previsto no Regimento, a sua vontade pode ficar em Ata, agora, após as votações, todos os Membros da Assembleia, (para já não está previsto no Regimento) virem aqui alterar o seu sentido de voto, não. O Regimento não prevê, penso que este Regimento e nenhum Regimento, nenhum Regimento prevê, este não prevê. Agora, acho que vir aqui dizer que o seu sentido de voto em relação ao Ponto Três (3) a vontade era essa, fica registado e acho que é valorativo.-----
- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém novamente dizendo: Senhor Presidente, não pretendo nada mais do que isso. Que conste em Ata que no Ponto Três (3) o CDS votou contra por erro, passa a ser abstenção, ou que conste que a intenção era votar abstenção.-----
- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: Não, não. Não houve um erro, ouve ...-----
- O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém novamente dizendo: Enganei-me. Não vou prolongar isto. Senhor Presidente faça como entender. Tenho por acaso aqui como testemunha um Secretário da Mesa da Assembleia da República, eu sou que gere as votações no meu Grupo Parlamentar e lhe garanto que em muitas votações quando me engano, eu próprio me levanto no fim dos trabalhos para não interromper e não

atrapalhar fazendo a correção do sentido de voto, mas, como a democracia aqui pelos visto é diferente da do Parlamento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não, não. Ó Senhor Deputado, não é um problema de democracia, isto não é um problema de democracia, vamos lá ver, isto não é um problema de democracia, é, se isto está previsto ou não no nosso Regimento, não é um problema de democracia, e não vamos aqui criar um caso, o Senhor Deputado gosta de criar casos, não há aqui um caso, e isto não é um problema de democracia, quer dizer, se se enganou tinha todo o direito no final dizer, eu enganei-me durante a votação por qualquer razão, agora, estamos aqui.-----

- ***O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém novamente dizendo:*** Só não o fiz para não interromper o Senhor Presidente de Câmara.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:*** Ó Senhor deputado, vamos lá ver. O Senhor Deputado está a arranjar agora aqui um argumento, teve o Ponto Três (3), teve o Ponto Quatro (4), vamos lá ver, agora está aqui a arranjar um argumento. Isto não é um problema de democracia, vamos lá ver, isto tem que estar previsto ou não no Regimento, quer dizer, agora, a situação é assim: Eu coloco o problema ao Plenário,-----

- ***O Senhor Deputado José Hélder do Amaral intervém novamente dizendo:*** Não vale a pena.-

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:*** Não, não, desculpe lá, eu coloco o problema ao Plenário, o Plenário é soberano, isto é válido para o Senhor Deputado e vai ser válido para todos os Deputados alterações do seu sentido de voto. Isto não está previsto no Regimento, se o Plenário entender aceitar a sua mudança do sentido de voto, se entender, é válido para o Senhor Deputado e é válido para todos os Deputados que a partir daquele momento entendam mudar o seu sentido de voto, é válido para hoje e é válido para o futuro, a partir daqui é assim. A Mesa coloca à votação, porque não está previsto no Regimento, pode ser previsto no futuro Regimento esta alteração e é assim: No fundo Senhor Deputado, a Mesa transforma a sua sugestão numa proposta que é: Não estando previsto no Regimento, pode um Deputado, enganando-se, pode mudar o seu sentido de voto? Isto está em Ata, e a Ata, e a sua indicação está de acordo com o tribunal de Contas, ou seja, vai lá, pronto, isto é um registo. A sua posição foi registada, a alteração da sua posição em Ata, porque vai em anexo da Ata e tem que ser, do meu ponto de vista, só o Plenário a aceitar e a Mesa não tem poderes para mudar isso. O Plenário se assim o entender pode mudar. Está aqui o Senhor Deputado que entendeu que se enganou, enganou-se no Ponto Três (3) da Ordem de Trabalhos, o seu voto não é um voto contra, mas é um voto de abstenção, tornando-se isto proposta, a Mesa pode aceitar esta proposta sendo vinculativa para esta situação e para o futuro. Por isso, a alteração do sentido de voto do Senhor Deputado no Ponto Três (3) da Ordem de Trabalhos que deixa de ser em termos nominais voto contra e passa a abstenção. Ponho em discussão esta proposta. Está em discussão. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social. A nossa posição é que não estando previsto no Regimento, e pode vir a ser alterado isso no Regimento, é de que: Se for essa a opinião digamos que, de todos os Deputados presentes, é que essa alteração possa ser feita, tendo em conta que eu acho que devia ser feita, embora me pareça mais correto que ela pudesse ser feita logo a seguir à discussão desse ponto e não estar-se a aguardar para o fim porque isso pode criar problemas. E por que é que eu acho assim? Porque, tal como hoje fizemos e bem, e concordamos, que vários documentos fossem discutidos em conjunto e depois votados em separado, pode sempre acontecer, no nosso grupo ou em qualquer outro grupo, como foi aqui o caso, que pode sempre acontecer um erro de votação, ou seja, o erro de querer abster-se ou querer votar favoravelmente e ter votado contra por qualquer outro motivo seja ele qual for e portanto, neste caso aqui tenderemos a concordar que essa alteração possa ser feita porque me parece mais lógica do que aquela que poderia ficar em Ata, ou

seja, alguém que se enganou, poderia ser uma solução, mas se for essa a opinião aqui, digamos que, tendo a concordar que possamos em caso de erro manifesto, de engano manifesto, poder alterar realmente essa votação. A única coisa que eu dizia e para terminar, era que se fizesse o possível para que a deteção desse erro e essa alteração pudesse ser feita no imediato. Penso que ficou mais ou menos clara a minha posição. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Catarina Vieira.-----

----- **VINTE – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Eu ia sugerir o seguinte: Nós temos agendada uma reunião para discutir precisamente o regulamento. Não me parece fazer sentido estar a fazer uma alteração hoje quando todo o regulamento vai ser revisto, e vai ser discutido com tempo, com calma e com as propostas de todos. Portanto, se hoje possível arranjar ter só a declaração ou uma referência em Ata, mas, acho que é uma discussão para ser discutida em sede própria e que não faz sentido na minha opinião estarmos a discutir este ponto hoje, fazermos essa votação hoje.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros e Caros Colegas de bancada Senhoras e Senhores Presidentes de Junta. Quer dizer, acho que devemos ser facilitadores dos processos, só há aqui uma questão que me pode fazer alguma reserva quanto a isto, no entanto, podemos alterar, e acho que não devemos deixar que o Senhor Deputado saia daqui com um peso na consciência relativamente ao sentido de voto, e errar todos erramos. Não estando no Regimento não sei se está na Lei não é, e nós também não podemos estar aqui a aprovar uma coisa que depois contrarie a própria Lei, mas julgo também não contrariar a Lei, e deveremos aqui permitir que o Deputado altere o sentido de voto, até porque isto pode ser chato do ponto de vista vinculativo do voto que expressou, no entanto, também, e que fique aqui claro, porque assim o referiu o Deputado Hélder Amaral, é possível na Assembleia da República alterar, e mesmo no decorrer da votação, já passaram 3 pontos ou 4, pede-se à Mesa para o fazer, ou no final dirigir-se aos serviços e pedir a alteração do sentido de voto, sem falar com ninguém, desde que dê entrada e que depois que fique em Ata essa alteração, porque errar todos podemos errar, podemos estar distraídos durante o processo de votação, é óbvio que é uma responsabilidade do Deputado, mas também permitir que se faça uma correção quando alguma das vezes possa haver esse erro, ou fazem também, mesmo através de declarações de voto, não tem que ser dito aqui, podem ser entregues na Mesa e ficarem por escrito e depois que apareçam na Ata, haver um período para que essa declaração de voto possa ser prestada, porque muitas das vezes também, durante o decorrer de uma discussão, não se está preparado para uma declaração de voto substantiva e permitir que essas declarações de voto possam ser entregues posteriormente. Aqui julgo que é uma questão de olharmos para o Regimento e o alargarmos em termos de ferramenta para melhorar o funcionamento da Assembleia, no entanto, julgo que não será este o problema da Assembleia, o problema da Assembleia são mesmo os tempos de discussão não é, e eu espero que quando chegarmos aos tempos de discussão haja também a vontade de colocar a Assembleia também mais funcional, e também aqui uma correção ao Senhor Deputado Hélder Amaral, só há duas bancadas municipais aqui, é a do PS e a do PSD, a do CDS a do Bloco de Esquerda e a do Partido Comunista são deputados eleitos não são bancadas, é completamente diferente e o estatuto também aí tem que se repercutir de uma bancada para um deputado eleito os privilégios não devem ser os mesmos, e por isso quando estivermos a rever o Regimento deveremos pensar seriamente em tudo isto, tratar igual o que é igual, bancadas com bancadas e deputados eleitos com deputados eleitos. É só isto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a

palavra o Deputado Hélder Amaral.-----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER AMARAL (CDS/PP):**

Senhor Presidente muito obrigado. Eu começo por pedir desculpa a todos, não vou fazer disto uma questão, não é uma questão, é uma questão de bom senso. De facto juntamos os pontos, de facto eu fazia intenções de fazer votações diferentes, surge uma chamada, estou a responder à chamada quando termina a votação e quando eu quero fazer a intervenção a pedir para corrigir o sentido porque me apercebo que votei de igual formas os dois pontos, está o Senhor Presidente a passar para o seguinte, a dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e eu por respeito ao Senhor Presidente da Câmara e pode parecer estranho ou não, ou por respeito pelos Senhores Deputados ou pelo normal funcionamento desta Assembleia que respeito muito entendi não interromper, entendi esperar pelo fim, e quando me apercebi que o Senhor Presidente ia terminar a Assembleia quis corrigir.----- Deixar claro que o voto de um Deputado ou de uma bancada, é dessa bancada, é desse deputado, não é do Plenário. Eu posso fazê-lo como aqui foi dito, por escrito, dois dias depois, escrevendo na Ata, porque esse voto me penaliza como o senhor disse e bem junto do Tribunal de Contas, eu esperei só pelo fim, pensei que era só, como acontece em quaisquer Reuniões de Assembleias, e acreditem que participo em muitas, está registado porque a vontade é do Deputado ou do Grupo Parlamentar, é a sua vontade expressa que fica em registo, olhe, naquele ponto enganei-me, não o fiz de facto como devia no momento oportuno por respeito pela Assembleia e pelo normal funcionamento, se a Assembleia entender que isso não é uma falha grave siga, se entender que não, eu também posso ficar confortável com o voto que fiz por erro, embora não o queira fazer, até por respeito à matéria em causa que de facto não merece um voto contra. De resto dizer Senhor Presidente, claro que participaremos na alteração do Regimento e participaremos nesse sentido, também acho que os Grupos Parlamentares mais pequenos tenham menos tempo que os grandes, registo o espírito democrático do Deputado Pedro Alves, não sei se esteve na discussão, eu estive, mas ele sabe que o PAN só tem um Deputado, é considerado Grupo Parlamentar.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar dizendo:* Não é considerado um Grupo Parlamentar.-----

- *O Senhor Deputado José Hélder do Amaral prossegue a sua intervenção dizendo:*...em muitas matérias tem quase o mesmo tempo que os Grupos Parlamentares e o entendimento que foi feito, foi não coartar a um só Deputado.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves volta a intervir do seu lugar dizendo:*

Houve a simpatia de aceitar que ele participasse não tem hipótese sequer de.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Atenção que não estamos na Assembleia da República.-----

- *O Senhor Deputado José Hélder do Amaral retoma a sua intervenção dizendo:* Não vou fazer essa discussão, mas eu também não vou deixar passar subliminarmente sim à correção dos tempos no Regimento, e os tempos serão aquilo que a maioria quiser que sejam, porque eu aceito a dimensão do meu Grupo Parlamentar, o resto será de acordo com o que entenderem, agora, esta pequena informação que levamos hoje daqui que Deputados individuais não são Grupos Parlamentares discutiremos no próximo Regimento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Os grupos já se manifestaram e por isso, penso que ninguém, na Assembleia, e eu não quero entrar na situação que é assim: Os *modus faciendi* e aquilo que às vezes são as tradições parlamentares são respeitáveis, há aqui também uma tradição nesta Assembleia, e o registo para efeitos de Tribunal de Contas sempre foi assim, e por isso, eu percebo aquilo que aconteceu no Ponto Três, e no Ponto Três percebendo todos o que perceberam é que houve dois votos contra, e é óbvio também que o Grupo Municipal do Partido Socialista neste caso votou a favor, e o Grupo PSD votou a favor, e houve dois votos contra, e nós também percebemos as situações e por isso, partindo do pressuposto, não quero pensar de outra maneira, foi um erro do Senhor

Deputado, e como assumiu o erro, e o Plenário não levanta qualquer questão e a Mesa interpreta isto como vontade do Plenário, penso que ninguém do Plenário levanta nenhum problema, e como ficou em Ata e há o registo que o Senhor Deputado se enganou, a Mesa vai então apresentar que no Ponto Três (3) da Ordem de Trabalhos, há um (1) voto contra e houve quarenta e oito (48) votos a favor e uma (1) abstenção, certo? Por isso, há um (1) voto contra da Deputada Catarina, há quarenta e oito (48) votos a favor e há uma (1) abstenção. Por isso, o Ponto Três (3) foi aprovado depois desta retificação aqui com a concordância de todos, com quarenta e oito (48) votos a favor, um (1) voto contra da Deputada Catarina e uma (1) abstenção do Deputado Hélder. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 47/48.-----

Estão todos de acordo? Ninguém levanta nenhum problema? É assim que vai o registo da Assembleia Municipal. Em relação ao Público não há ninguém inscrito e por isso, boa tarde a todos, obrigado e terminámos os nossos trabalhos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, de vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito, quando eram doze horas e quarenta minutos. Do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2018 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018 que deliberou <u>Adoptar com 39 votos a favor e 11 (onze) votos contra</u> <u>Viseu, 22/01/2018</u>					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
11	PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
15	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
16	PPD/PSD	ABRAVESES	Josefina Maria Mesquita dos Santos Cunha		X			
17	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
18	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
19	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
20	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
21	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
22	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
23	PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
24	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
25	PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X			
26	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
27	PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
28	PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
29	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
30	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			

ANEXO 1



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2018 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou <u>Aprouva-se com 39 votos a favor e 11 (onze) votos contra</u> <u>Viseu, 22/01/2018</u>				
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PPD/PSD	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X		
40	PS		Rui António da Cruz Martins			X		
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42	PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X		
43	PS		Cristofe Pedrinho			X		
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45	PS		Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro			X		
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48	CDS/PP		José Hélder do Amaral			X		
49	BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50	CDU		Manuel Fernando Sousa Loureiro	X				
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				2	39	11	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 2



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou <u>aprovar por 39 votos a favor e 11 (onze) votos contra</u> Viseu, 22/01/2018			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
15 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Josefina Maria Mesquita dos Santos Cunha		X			
17 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
18 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
19 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
20 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
21 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
22 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
23 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
24 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
25 PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X			
26 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
27 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
28 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
29 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
30 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			

ANEXO 2



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou <u>Aprovar por 39 votos a favor e 11 (onze) votos contra</u> <u>Viseu, 22/01/2018</u>				
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X		
33	PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X		
34	PPD/PSD	S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PPD/PSD	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X		
37	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X	
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X	
39	PS		Sara Natacha de Sousa Calhau			X	
40	PS		Rui António da Cruz Martins			X	
41	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X	
42	PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X	
43	PS		Cristofe Pedrinho			X	
44	PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X	
45	PS		Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro			X	
46	PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X		
47	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X		
48	CDS/PP		José Hélder do Amaral			X	
49	BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X	
50	CDU		Manuel Fernando Sousa Loureiro	X			
51	Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X		
52	Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X		
Resultado			2	39	11	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 3



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou			
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		<p> <i>Aprouva por 42 votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção -</i> Viseu, 22/01/2018 <i>[Assinatura]</i> </p>			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
15 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Josefina Maria Mesquita dos Santos Cunha		X			
17 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
18 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
19 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
20 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
21 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
22 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
23 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
24 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
25 PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X			
26 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
27 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
28 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
29 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
30 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			

ANEXO 3



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2018 - REVISÃO N.º 1		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou			
		nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		<p> <i>Apresenta por 48 votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) abstenção -</i> <i>Viseu, 22/01/2018</i> <i>AD/maic</i> </p>			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PPD/PSD	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau		X			
40 PS		Rui António da Cruz Martins		X			
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
42 PS		Manuel José Moleiro Mirandez		X			
43 PS		Cristofe Pedrinho		X			
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas		X			
45 PS		Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro		X			
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		José Hélder do Amaral				X	
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50 CDU		Manuel Fernando Sousa Loureiro	X				
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	48	1	1	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 4



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou				
REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CMV nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro			Aprovou por 34 votos a favor, 1 (um) voto contra e 10 (dez) abstenções - Viseu, 22/01/2018				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
11 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
12 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
15 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Josefina Maria Mesquita dos Santos Cunha		X			
17 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
18 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
19 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
20 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
21 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
22 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
23 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
24 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
25 PPD/PSD	MUNDÃO	Liliana Natércia dos Santos Tavares		X			
26 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
27 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
28 PPD/PSD	RIBAFFITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
29 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
30 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			

ANEXO 4



Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2018

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos			Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de janeiro de 2018, que deliberou <u>aprovar por 39 votos a favor, 1 (um) voto contra e 10 (dez) abstenções - Viseu, 22/01/2018</u>				
REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CMV nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PPD/PSD	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X	
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão				X	
39 PS		Sara Natacha de Sousa Calhau				X	
40 PS		Rui António da Cruz Martins				X	
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes				X	
42 PS		Manuel José Moleiro Mirandez				X	
43 PS		Cristóte Pedrinho				X	
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas				X	
45 PS		Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro				X	
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
48 CDS/PP		José Hélder do Amaral				X	
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50 CDU		Manuel Fernando Sousa Loureiro	X				
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	39	1	10	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses